ÁGUAS E ENERGIA DA BOA VISTA

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2025

EXERCÍCIO DE 2025



ÍNDICE

1. Mensagem do Conselho de Administração 5
2. A AEB em Números (2025) 13
3. Estrutura Acionista e Órgãos Sociais 14
3.1. Estrutura Acionista 14
3.2. Órgãos Sociais 14
3.2.1 Assembleia Geral 14
3.2.2 Conselho de Administração 14
3.2.3 Fiscal Único 15
4 Organigrama 16
5 Enquadramento Geral 17
Enquadramento Macroeconómico 17
5.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO EXTERNO 17
5.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO 21
5.3 EVOLUÇÃO RECENTE DO TURISMO EM CABO VERDE 23
5.4 ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO 27
6 Atividades Desenvolvidas em 2025 32
6.1 Atividade Operacional 32
6.2.1 Produção de Eletricidade 32
6.2.2 Transporte e Distribuição de Energia Elétrica 41
6.2.3 Produção de Água 42
6.2 Atividade Comercial 46
6.3 Gestão de Pessoas 49
7 Análise Económica e Financeira 55
Situação Económica 55

Execução Orçamental 57
Situação Financeira 58
8 Riscos e Incertezas 61
9 OUTRAS DIVULGAÇÕES REQUERIDAS 63
10 Proposta de Aplicação de Resultados 64
11 Demonstrações Financeiras 65
Balanço 66
Demonstração de Resultados por Naturezas 68
Demonstração de Fluxos de Caixa 70
12 Anexo às Contas 71
INTRODUÇÃO 71
Nota 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 73
Nota 1 – Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas 74
Nota 2 - Fluxos de Caixa 81
Nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis 82
Nota 4 – Ativos Intangíveis 84
Nota 5 – Inventários e gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas 85
Nota 6 – Clientes 86
Nota 7 – AdiantamentoS a fornecedores 87
Nota 8 – Estado e outros entes públicos 89
Nota 9 – Outras contas a receber 90
Nota 10 – Caixa e depósitos bancários 91
Nota 11 – Capital próprio 92
Nota 12 – Financiamentos obtidos 92
Nota 13 – Fornecedores 101

Nota 14 – Outras contas a pagar 104
Nota 15 – Diferimentos 105
Nota 16 – Vendas e prestações de serviços 107
Nota 17 – Fornecimentos e serviços externos 108
Nota 18 – Gastos com o pessoal 109
Nota 19 – Outros rendimentos e ganhos 109
Nota 20 – Outros gastos e perdas 110
Nota 21 – Gastos com depreciações e amortizações 110
Nota 22 – Juros e gastos similares 110
Nota 23 – Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos 111
Nota 24 – Resultado por ação básico 111
Nota 25 – Partes relacionadas 111
Nota 26 – Garantias prestadas 112
Nota 27 – Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos nem divulgados noutras notas 112
Nota 28 – Divulgações exigidas por diplomas legais 113
Nota 29 – Eventos subsequentes 113
13 Relatório de Auditoria Externa 114
14 Relatório e Parecer do Fiscal Único 115

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estimados Acionistas,

O presente relatório de gestão, referente ao exercício de 2025, é apresentado por um Conselho de Administração (CA) ainda formado por apenas dois Administradores. Até à data do presente relatório, não havia sido efetivada a recomposição dos órgãos sociais da AEB, já que o assunto foi retirado da ordem do dia da reunião da Assembleia-Geral realizada em 2022, por solicitação do Acionista Estado e não tem sido reagendado desde essa altura.

A presente Administração tem dado respostas consistentes em todos os momentos cruciais da vida da empresa e continua a criar as condições para confrontar os grandes desafios que ainda persistem e representados, essencialmente por:

- Uma **conjuntura macroeconómica mundial** atual caraterizada ainda por várias incertezas, sendo um dos últimos acontecimentos ocorridos com impacto na vida da empresa, a guerra no Irão;
- Uma **reestruturação do setor elétrico nacional**, em curso, cujo impacto positivo nos negócios da AEB não é ainda inteiramente conhecido ou quantificado;
- Uma **transição energética a nível nacional**, em curso, mas que numa fase inicial não favoreceu a ilha da Boavista em termos de implementação de energia renováveis, obrigando a AEB a recorrer à potência elétrica alugada adicional, com custos operacionais não previstos;
- Manifestação de interesse por parte da AEB junto do Ministério da Indústria, Comércio e Energia (MICE), **validada com atraso significativo,** no sentido de assumir esse projeto de 5 Megawatts de produção fotovoltaica e mobilizar parcerias estratégicas para a sua implementação;
- Consolidação da parceria estratégica com a empresa belga, JECO-Energies, tendo em vista a execução do Parque solar de 5MW, mas também o reforço da produção térmica;
- Uma **transição energética a nível dos grandes clientes da AEB** (e.g. CABOTEL, operadora dos hotéis RIU, ou EMICELA, CABO

VERDE AIRPORTS), que ameaça reverter a tendência de crescimento do volume de negócios da empresa;

- Os **investimentos em curso** na produção de água, que requerem um acompanhamento técnico rigoroso desde a sua implementação à operacionalização e a dificuldade em recrutar quadros técnicos competentes para trabalhar na Boa Vista, com base no quadro remuneratório vigente; e
- A necessidade de um **reposicionamento estratégico da AEB**, em função das oportunidades e dos grandes desafios existentes, reposicionamento esse **demonstrado no seu Plano Estratégico e Operacional (PEO), submetido aos Acionistas**.

A **situação económica, financeira e patrimonial da AEB** continua crítica e interpela a uma cooperação mais estreita e objetiva, com efeitos práticos, entre os órgãos sociais da empresa, cabendo aos acionistas um papel insubstituível na validação dos objetivos estratégicos e na mobilização do capital necessário para a recuperação da empresa, sem o qual a continuidade da empresa continuará a estar ameaçada.

Dados os múltiplos problemas causados pela deterioração da situação patrimonial da empresa, e os desafios que se lhe colocam no âmbito da reestruturação do setor, impõe-se ainda uma melhor articulação com as tutelas setoriais, através da Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE) e da Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE), por forma a assegurar o melhor alinhamento estratégico possível, a continuidade da empresa e o melhor atendimento das necessidades dos consumidores finais de água e energia na Boavista.

No passado recente, decisões tão importantes como aquela relacionada com entrega à AEB de um carta-conforto para a implementação do parque solar da Boa Vista (5 MW) não foram tempestivamente efetivadas, levando a que o planeamento operacional, feito em função desse parque, fosse protelado ao ponto de obrigar a AEB a manter o regime aluguer de potência elétrica adicional, com custos significativos.

Neste mesmo contexto, a AEB vem discutindo com as autoridades competentes o apuramento do eventual défice tarifário decorrente do significativo aumento dos custos operacionais (e.g. aluguer de potência adicional, cujos custos de operação e manutenção não vêm sendo refletidos na estrutura de preços, pondo em causa a sustentabilidade da AEB). Assunto, devidamente apreciado com os acionistas, mas também com os Senhores Ministro da Indústria, Comércio e Energia (MICE) e Secretário de Estado das Finanças (SEF).

A AEB participou de forma ativa na ***task force* de apoio à reestruturação do setor elétrico nacional**, todavia estão ainda por clarificar e definir algumas das suas preocupações, nomeadamente no que diz respeito (i) à necessidade de definição da relação comercial e os termos de troca com a Empresa de Distribuição de Eletricidade de Cabo Verde (EDEC), na fase transitória, em que a EDEC dependerá da infraestrutura comercial da AEB, ou (ii) ao acesso da AEB ao mercado da eletricidade no futuro, com foco nas energias renováveis.

Os ganhos resultantes das medidas de gestão implementadas nos últimos anos (e.g. reforço da produção, alargamento da cobertura das redes de água e eletricidade ao Bairro Boa Esperança, em Sal-Rei, e povoados, introdução de novos sistemas e procedimentos comerciais, melhorias na gestão estratégica de pessoas, disciplina nas aquisições de bens e serviços, significativa redução dos encargos com os órgãos sociais, apoio na identificação de projetos estruturantes e mobilização de financiamento, como é o caso da nova dessalinizadora de 5.000 m^3/dia, etc) poderão não ser suficientes para garantir os equilíbrios necessários para o normal funcionamento da empresa, se não forem tomadas decisões de fundo quanto à cobertura dos prejuízos acumulados desde o início pandemia do COVID-19.

Se, por um lado, o **volume de negócios** da empresa atingiu máximos históricos absolutos em 2023 (1,8 milhões de contos, ou +20% do que o máximo histórico anterior, de 2019), e 2024 (1,92 milhões de contos, ou +6% do que no ano 2023), ***em 2025 o volume de vendas sofreu uma diminuição de 7,42% em relação a 2024,*** ou seja 1,78 milhões de contos,

que, associado à variação dos preços dos combustíveis, ao aumento dos encargos com a potência elétrica alugada a terceiros (na impossibilidade de reforçar o parque produtivo próprio) e o serviço da dívida a bancos e fornecedores, veio a contribuir para o agravamento do **défice de tesouraria** da empresa, levando-o para níveis que precisam ser controlados e ajustados permanentemente.

Mesmo assim, durante o ano de 2025 a empresa foi obrigada a negociar com a CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE, dois empréstimos para reforço de tesouraria em forma de conta corrente caucionada, 50.000.000 CVE em setembro e 100.000.000 CVE em dezembro do mesmo ano.

O recurso sistemático ao **financiamento bancário** e ao adiamento das **obrigações correntes** da empresa, como forma de ultrapassar a ausência de qualquer cobertura dos prejuízos acumulados durante a pandemia por parte dos acionistas e garantir o abastecimento de água e energia na Ilha da Boa Vista, num cenário de crescente procura, está esgotado, conforme já havia sido alertado em relatório de gestão anteriores.

O **passivo total** da empresa atingiu, em 2025, 5.102 milhões de contos (2024 os 5.182 milhões de contos (uma redução de 1,54% face a 2024). Mesmo assim não contribuiu suficientemente para melhorar o **capital próprio** que, em 2025, atingiu os 2,35 (2024= 2,04 milhões de contos negativos - um agravamento de 15% face ao ano anterior).

A manter o cenário de recurso à banca, tudo aponta que as **dificuldades de financiamento** venham a persistir em 2026, mesmo com o aval do Estado de Cabo Verde, já que, seguramente, as regras prudenciais estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto entidade reguladora do setor financeiro, e a gestão do risco dos próprios bancos comerciais imporão limites ao endividamento adicional, muito próximos do esgotamento. A Administração continua a identificar outras alternativas e a submeter aos acionistas para apreciação.

Acresce que, atualmente, na análise dos pedidos de crédito da AEB, a banca leva em conta não só o endividamento da empresa, mas também o elevado

endividamento da Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio (SDTIBM), principal acionista da AEB, resultando daí uma avaliação de risco desfavorável, como aliás se começou a verificar desde 2023.

Importa referir que os reiterados alertas e **apelos do CA da AEB aos acionistas** quanto à situação financeira e patrimonial da empresa não têm surtido o efeito em tempo esperado, já que os prejuízos acumulados entre 2000 e 2024, continuam avultados, superiores a 2,0 milhões de contos, e em 2025 atingiram os 2,51 milhões de contos. Para o exercício de 2026 não foi aprovada a proposta de financiamento pelos acionistas submetida pelo CA no âmbito apreciação do orçamento, assim como em 2023 não se traduziu em compensação efetiva o reforço de capital de 534 mil contos inscrito no orçamento de 2023 e aprovado por unanimidade em sede de Assembleia-Geral.

As **medidas de gestão** possíveis, com ganhos aos níveis da receita, da cobrança, da contenção de custos (área de atuação do CA), não bastaram, e nem poderiam bastar, para repor o equilíbrio financeiro e patrimonial da empresa, dada a magnitude dos prejuízos acumulados com a pandemia, a partir de 2020.

Tal como referido no relatório anterior, a continuidade da AEB precisa ser assumida com medidas efetivas, e só uma atuação concertada dos órgãos sociais da empresa, dos seus acionistas e das tutelas setoriais, cada uma das partes com os instrumentos ao seu alcance, poderá fortalecer a AEB e consolidar a sua posição no território municipal da Boavista.

O CA tomou a iniciativa de elaborar um plano estratégico e rever o seu plano de negócios para os próximos cinco anos, na perspetiva de reposicionar a empresa face à conjuntura atual e relançá-la para o futuro. Este PEO foi apresentado ao Governo, às autoridades setoriais e já foi apreciado e aprovado pelos acionistas.

A Administração tem bem presentes as implicações do apoio financeiro para a política orçamental do Estado e para as contas públicas. Contudo, convém

lembrar que a situação financeira atual da AEB decorre essencialmente de uma crise pandémica sem precedentes, que privou a empresa de cerca de 2 milhões de contos de receitas em 24 meses, e que a empresa continuou a garantir o fornecimento de água e energia na Boa Vista, sem interrupções, mas com significativa deterioração da sua situação financeira e patrimonial. Nenhuma operadora privada estaria disponível para aceitar tal ónus, com sacrifício certo do retorno sobre o capital investido.

No campo operacional, a consolidação do **Projeto de Reforço da Gestão Comercial e Operacional da AEB**, levada a cabo com a assistência técnica da AQUAPOR e apoio da Cooperação Luxemburguesa (LUXDEV), prosseguiu as suas etapas subsequentes, e com ganhos evidentes.

Foram revistas as condições contratuais para a manutenção do **software comercial AQUAMATRIX.** O cadastro georreferenciado dos clientes da AEB está sendo melhorado.

Continua havendo melhoria assinalável no sentido de permitir o alargamento da base dos clientes da AEB que utilizam os **pagamentos através da Rede Vinti4**, e a facilitação através de pagamento pela via do débito direto. Os **procedimentos comerciais** necessários à melhoria da gestão comercial e da qualidade de atendimento aos clientes estão a ser aprimorados.

O software de contabilidade foi atualizado, sendo a nova versão – **Primavera v.10** – versão essa necessária para a integração com o novo software comercial e as plataformas utilizadas pela Estado na sua função de acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Ainda no plano interno, foram desenvolvidos e readequados os instrumentos de gestão estratégica dos recursos humanos, colmatando lacunas que ainda persistem. Com recurso a assistência técnica especializada foram desenvolvidos: (i) um novo **Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)**; (ii) um **Guia de Recrutamento e Seleção**; (iii) um **Manual de Descrição de Funções**; (iv) um **Plano de Formação Profissional**; e (v) um **Manual de Avaliação Anual de Desempenho**; instrumentos essenciais para a criação de um ambiente de trabalho propício ao desenvolvimento empresarial e

profissional dos colaboradores da AEB, tendo em vista a melhoria do desempenho global da empresa.

Face às perspetivas de crescimento económico e de aumento da procura na Boa Vista, e uma vez celebrado o contrato entre o Governo de Cabo Verde e a UNICREDIT BANK AUSTRIA AG, para o financiamento da nova Unidade Dessalinizadora de 5.000 m^3/dia, foram realizados os primeiros testes à instalação de produção, conduzidas pela empresa austríaca UNIHA, acompanhadas pelo Staff Técnico da AEB. A Nova Unidade de Produção ficou concluída e inaugurada no início de 2026.

No domínio das **relações-públicas**, a AEB continua a aprimorar o conteúdo da sua página oficial na rede social **Facebook**. A presença nesta plataforma tem permitido divulgar as atividades e anúncios da empresa de forma clara e transparente, permitindo-lhe, assim, realçar o seu comprometimento com o desenvolvimento da ilha da Boa Vista, e erguer a sua reputação.

Na mesma linha de atuação, reforçou-se o papel da Responsável pelo Secretariado e Relações Públicas (mestranda em gestão de recursos humanos) na liderança do Departamento de Recursos Humanos da AEB. Isto permitiu desenvolver um conjunto de iniciativas de formação e conversas abertas com os colaboradores, com o propósito de reforçar a coesão, a disciplina, a motivação e o bem-estar dos colaboradores nos seus postos de trabalho, e dar passos significativos na senda de tornar a empresa numa referência nacional a nível da qualidade do ambiente de trabalho.

Concluímos agradecendo a confiança em nós depositada para gerir a empresa em tempos de grandes desafios (e.g. alteração da estrutura acionista da AEB, gestão dos efeitos da pandemia, reestruturação do setor elétrico nacional, reforço da produção de água e energia com parcos recursos, reestruturação dos passivos bancários, mobilização de parcerias técnicas estratégicas, etc.) e reiterando o nosso firme compromisso com o esforço de consolidação e de melhoria dos serviços prestados.

Pelo Conselho de Administração,

Hércules Jorge Vieira	Rui Nobre Leite Cardoso Santos
Presidente	Administrador Executivo

2. A AEB EM NÚMEROS (2025)

VOLUME DE NEGÓCIOS 1,78 milhões de contos -7,4%	**VAB** 0,24 milhões de contos -19,9%	**EBITDA** 0,05 milhões de contos -58%
RESULTADO LÍQUIDO - 0,31 milhões de contos -16,3%	**PASSIVO TOTAL** 5,10 milhões de contos -1,5%	**CAPITAL PRÓPRIO** -2,35 milhões de contos -15%
PRODUÇÃO DE ÁGUA 1.070 m^3 +20% 15% de Perdas Técnicas	**PRODUÇÃO DE ENERGIA** 49,45 GWh +4,7% 8,89% de Perdas Técnicas	**NÚMERO DE COLABORADORES** 114 +0%

3. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

3.1. ESTRUTURA ACIONISTA



Os acionistas fundadores BUCAN e PROMOMAX optaram por deixar a empresa em 2022, e venderam as ações ao Estado de Cabo Verde.

3.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

3.2.1 Assembleia Geral

Com a realização da Assembleia Geral de 18 de julho de 2025, a composição dos órgãos sociais da AEB passou a ser a seguinte:

Presidente da Mesa:	Miguel Rosa[1]
Secretário:	Por indigitar[2]

3.2.2 Conselho de Administração3

[1] Assumido pelo atual PCA SDTIBM, Miguel Rosa

[2] O Senhor Manuel de Pina, anterior Secretário da Mesa da Assembleia-Geral, exerceu o seu mandato até 20 de novembro de 2021, data em que abdicou do cargo.

[3] Os Administradores Hércules Vieira e Rui Nobre Leite Cardoso Santos tomaram posse a 1 de julho de 2019, juntamente com o Administrador João Pedro Lima Spencer, que, a seu pedido, deixou de exercer funções na AEB a 17 de agosto de 2021. Em junho de 2020, os Administradores que até então representavam os acionistas privados BUCAN e PROMOMAX abdicaram dos seus

Presidente:	Eng.º Hércules Jorge Vieira
Administrador Executivo:	Dr. Rui Nobre Leite Cardoso Santos

3.2.3 Fiscal Único

Dr. Nikolai Alexis Delgado Barbosa

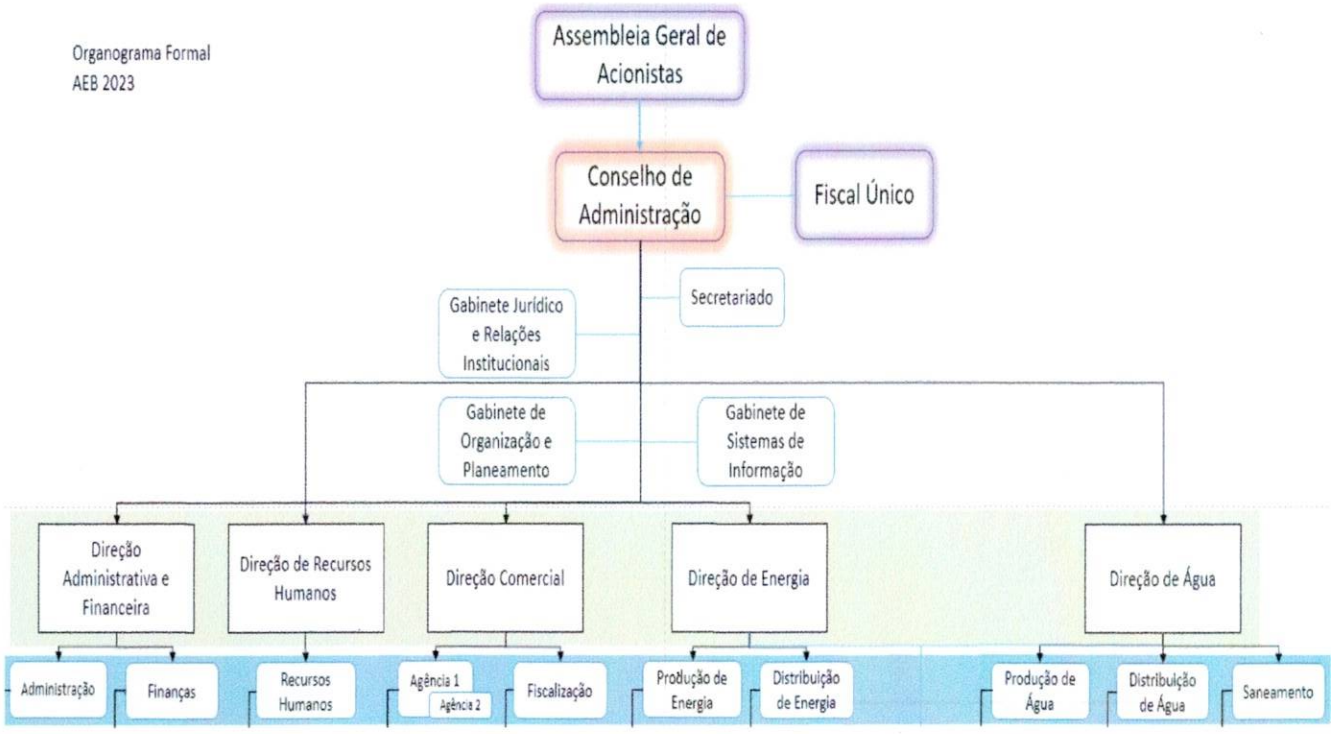
cargos, em antecipação da saída destes acionistas da estrutura acionista da AEB que se veio a concretizar mais tarde.

4 ORGANIGRAMA

O organigrama da AEB foi atualizado em 2023, na sequência das alterações estatutárias de dezembro de 2022 (a Comissão Executiva deixou de existir e o Conselho Fiscal foi substituído por um Fiscal Único), e das alterações orgânicas que foram introduzidas tendo em vista melhorias do desempenho organizacional.

A nova estrutura orgânica, assim como os novos instrumentos de gestão estratégica de pessoas, foram concebidos com o apoio de uma assistência técnica especializada.

Organigrama



5 ENQUADRAMENTO GERAL

Enquadramento Macroeconómico

5.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO EXTERNO

A economia global registou em 2024 um crescimento moderado, mas estável, de 3,3%, valor em linha com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2025, o crescimento global desacelerou ligeiramente para 3,2%, refletindo o impacto das tensões comerciais e da incerteza geopolítica, antes de se estabilizar em cerca de 3,1% em 2026 — persistentemente abaixo da média histórica 2000-2019 de 3,7%. Em termos de inflação, o FMI projeta uma descida da inflação global de 5,8% em 2024 para 4,2% em 2025 e 3,5% em 2026, com as economias avançadas a convergir para os seus objetivos mais rapidamente do que as economias emergentes e em desenvolvimento.

Nota-se uma evolução significativa face aos dados contidos do Relatório de Gestão da AEB para o ano fiscal de 2024: O FMI, entretanto publicou dados definitivos do crescimento de 2024 (3,3%), revistos em alta face ao 3,2% anteriormente previsto, e confirmou que o crescimento de 2025 (3,2%) ficou ligeiramente abaixo das previsões iniciais (3,3% do *World Economic Outlook* de janeiro de 2025), em resultado das tensões comerciais e da geopolítica internacional adversa.

Um fator de risco novo e relevante para a AEB é o conflito no Médio Oriente, que eclodiu em fevereiro de 2026 com o ataque de Israel ao Irão. A de facto encerramento do Estreito de Ormuz perturbou dramaticamente os mercados petrolíferos, elevando o preço do Brent para máximos de 138 USD/barril em abril de 2026 — o nível mais alto desde junho de 2022. O BCV estimou que os custos de frete aumentaram 21,4% em 2025 e os custos de seguros 69,6%, devido à instabilidade geopolítica e à insegurança nas rotas marítimas internacionais.

Quadro 5.1 — Indicadores Macroeconómicos Globais

Indicador	2023	2024	2025 (est.)	2026 (prev.)
Crescimento do PIB global (%)	3,3	3,3	3,2	3,1
Inflação global (%)	6,8	5,8	4,2	3,5
Crescimento Área do Euro (%)	0,5	0,8	1,4	1,2
Crescimento Reino Unido (%)	0,1	1,1	1,0	1,9
Crescimento EUA (%)	2,9	2,8	2,0	2,1
Inflação Área do Euro (%)	5,4	2,4	2,1	1,9

Indicador	2023	2024	2025 (est.)	2026 (prev.)
Inflação Reino Unido — CPI (%)	7,3	2,6	3,2	2,1
Petróleo Brent médio (USD/barril)	~83	~80	~67 (H1)	~106 (abr.)

Fontes: FMI — World Economic Outlook, outubro 2025 e fevereiro 2026; ECB Annual Report 2025; Bank of England; EIA Short-Term Energy Outlook, maio 2026.

Área do Euro e Banco Central Europeu

A economia da Área do Euro cresceu 0,8% em 2024 — uma recuperação modesta, mas encorajadora face à estagnação de 2023. Em 2025, o crescimento acelerou para 1,4%, impulsionado essencialmente pela procura interna, embora continue abaixo do potencial histórico. Para 2026, o Banco Central Europeu (BCE) projeta um crescimento de 1,2%, ainda penalizado pela incerteza quanto às tarifas comerciais e pelos impactos do conflito no Médio Oriente. A inflação na Área do Euro convergiu gradualmente para o objetivo de 2% do BCE: situou-se em 2,4% em 2024, descendo para 2,1% em 2025 e prevendo-se 1,9% em 2026, com a inflação dos serviços a ser o fator de maior persistência.

No plano da política monetária, o Conselho do BCE cortou as taxas de juro quatro vezes na primeira metade de 2025 (100 pontos base no total), reduzindo a taxa de facilidade de depósito de 3% para 2,0% em junho de 2025. A partir daí, o BCE optou por manter as taxas inalteradas nas suas reuniões seguintes — em agosto, outubro e dezembro de 2025 — dada a estabilização da inflação próximo do objetivo de 2% e os riscos do conflito no Médio Oriente para as perspetivas de inflação em 2026. A taxa de facilidade de depósito permanece em 2,0% com a taxa das operações de refinanciamento em 2,15%.

A Euribor acompanhou esta trajetória descendente: as taxas Euribor a 3 e 12 meses caíram significativamente ao longo de 2024-2025, aliviando os custos de financiamento para empresas e famílias em toda a zona euro. O Euro valorizou-se face ao Dólar Americano ao longo de 2025, com a cotação EUR/USD a atingir cerca de 1,17 em meados de 2025 — o que, na prática, contribuiu para a redução do custo de importação de combustíveis para Cabo Verde, cotados em dólares.

Fontes: BCE — Relatório Anual 2025; Boletim Económico BCE n.º 8/2025.

Reino Unido e Bank of England

A economia britânica cresceu 1,0% em 2025, abaixo do potencial e aquém das expectativas anteriores de 1,9% (Office of Budget Responsibility (OBR) do Reino Unido, outubro 2024). O crescimento foi limitado pela fraqueza dos setores de produção e construção, stagnação no setor de serviços na segunda metade do ano, e persistência de uma inflação acima da meta do Bank of England. A inflação CPI atingiu um máximo de cerca de 3,7% em meados de 2025, regressando a 3,2% em novembro e 3,4% em dezembro de 2025. Para 2026, a OBR prevê inflação média de 2,1%, condicionada, porém, pelo impacto do choque energético decorrente do conflito no Médio Oriente.

O Bank of England (BoE) cortou a sua taxa diretora quatro vezes em 2025, atingindo 3,75% em dezembro de 2025 — o nível mais baixo desde dezembro de 2022. Em termos acumulados, o BoE e o BCE cortaram cada um as taxas em 100 pontos base ao longo de 2025. Este ciclo de afrouxamento monetário nas economias parceiras de Cabo Verde é relevante para a AEB: uma Área do Euro e um Reino Unido com juros mais baixos e crescimento mais robusto sustentam a procura turística europeia — o principal motor de receita da AEB. Porém, a persistência inflacionista no Reino Unido (o primeiro mercado emissor de turistas para Cabo Verde) pode comprimir o rendimento disponível das famílias britânicas, eventualmente refreando despesas discricionárias como as viagens internacionais.

Fonte: Bank of England — Monetary Policy Report, novembro 2025; Resumo e Ata da reunião de dezembro de 2025; OBR Spring Statement, março 2025.

Estados Unidos da América e Reserva Federal

Os EUA registaram crescimento económico robusto de 2,8% em 2024, mas a atividade desacelerou para 2,0% em 2025 em resultado da política monetária ainda restritiva, da incerteza criada pelas políticas tarifárias da administração Trump (inaugurada em janeiro de 2025) e de um consumo privado mais moderado. A Fed cortou as taxas de juro três vezes em 2024 (totalizando 75 pontos base) e uma vez adicional em dezembro de 2025,

atingindo a taxa dos fundos federais o intervalo de 3,5%-3,75%. Durante todo o ano de 2025, a Fed adotou uma postura de espera e observação ("wait-and-see") face ao impacto inflacionário das tarifas, cujo efeito transitório se esperava dissipar até 2026-2027.

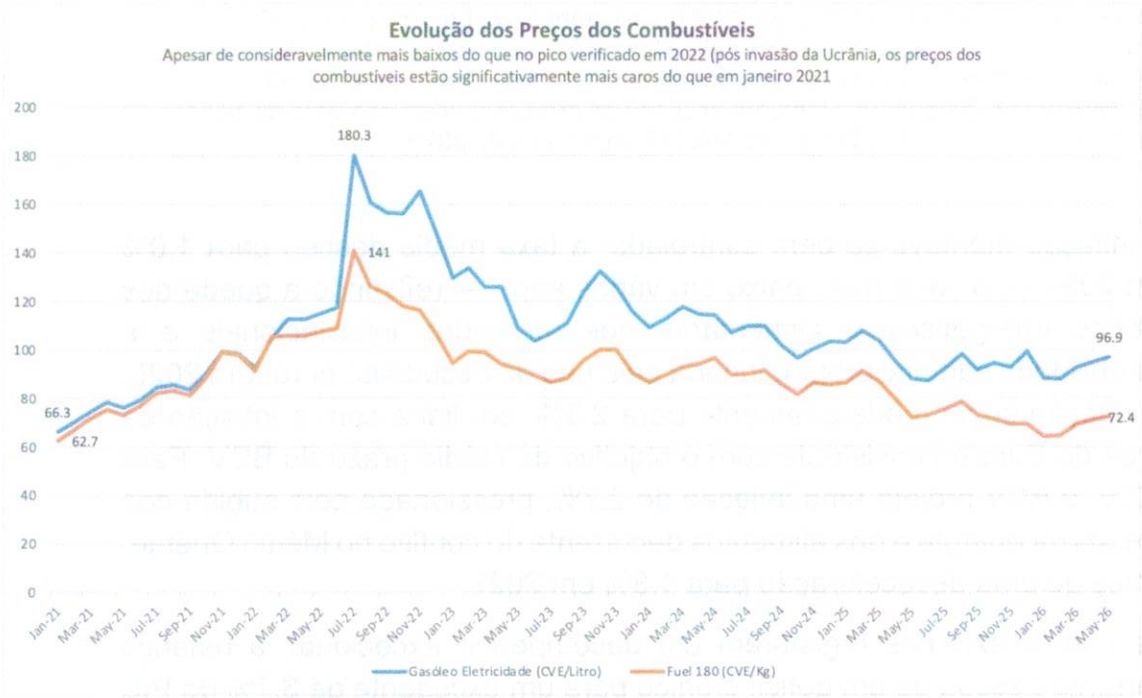
Para Cabo Verde, a evolução da economia americana tem impacto indireto através dos mercados financeiros internacionais, dos preços do petróleo (cotado em dólares) e da taxa de câmbio EUR/USD — um dólar mais fraco abarata as importações de combustível para o país.

Fonte: Reserva Federal dos EUA — FOMC Minutes, dezembro 2025; FMI — World Economic Outlook, outubro 2025.

Mercados Energéticos e Petróleo

Os mercados petrolíferos atravessaram dois regimes distintos em 2025-2026. Durante a maior parte de 2025, os preços internacionais do petróleo mantiveram-se relativamente moderados: as tensões comerciais e a desaceleração da economia global deprimiram a procura, enquanto a OPEP+ iniciou o desmantelamento gradual dos cortes de produção. O Brent desceu para mínimos de quatro anos em abril-maio de 2025 (aproximadamente 63-65 USD/barril), o que se traduziu em reduções sucessivas dos preços dos combustíveis regulados pela ARME em Cabo Verde.

A partir de fevereiro de 2026, o início do conflito militar entre Israel e o Irão reconfigurou os mercados petrolíferos globais. O encerramento do Estreito de Ormuz — por onde transita cerca de 20% do aprovisionamento mundial de petróleo — desencadeou a maior perturbação energética desde a invasão russa da Ucrânia em 2022. O Brent atingiu 138 USD/barril a 7 de abril de 2026, e a volatilidade implícita dos futuros petrolíferos chegou a 106% — o valor mais elevado desde a pandemia. A IEA estima que a produção petrolífera no Médio Oriente foi interrompida em 10,5 mb/d em abril de 2026. Este choque de oferta tem consequências diretas para a AEB, operadora de sistemas de geração de eletricidade fortemente dependentes de combustíveis derivados do petróleo.



Fontes: IEA — Oil Market Report, dezembro 2025; EIA Short-Term Energy Outlook, maio 2026; ARME — comunicados mensais de preços de combustíveis, 2025-2026.

5.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO

Evolução da Economia Nacional

Cabo Verde protagonizou um desempenho económico notável em 2024, com o PIB em volume a crescer 7,3% — o valor mais elevado desde o período pré-pandémico — impulsionado pelo consumo privado e pelas exportações de serviços de turismo. Em 2025, o crescimento foi mais moderado, mas manteve-se robusto em 6,3%, sustentado pelo turismo (com chegadas de passageiros aéreos a superar os máximos históricos anteriores), pelo consumo privado e por um maior investimento público. Estes resultados confirmam a resiliência da economia cabo-verdiana face a um contexto externo adverso e colocam o país na trajetória de convergência para um crescimento potencial de 4,7-4,8% no médio prazo, segundo o FMI.

Nota-se uma evolução significativa, com o crescimento do PIB em 2024 (7,3%) amplamente a superar as previsões indicadas no Relatório de Gestão da AEB para o ano fiscal de 2024, que apontavam para crescimentos da ordem de 4-5%. O crescimento de 2025 (6,3%) também excedeu as projeções mais otimistas do BCV (5,5% no Relatório de Política Monetária (RPM) de abril de 2025).

A inflação manteve-se bem controlada: a taxa média desceu para 1,0% em 2024 — o valor mais baixo em vários anos — refletindo a queda dos preços energéticos e alimentares nos mercados internacionais e a estabilidade cambial proporcionada pelo peg do escudo ao euro. Em 2025, a inflação subiu moderadamente para 2,3%, em linha com a inflação da Área do Euro e consistente com o objetivo de médio prazo do BCV. Para 2026, o BCV projeta uma inflação de 2,7%, pressionada pela subida dos preços da energia e dos alimentos decorrente do conflito no Médio Oriente, antes de uma desaceleração para 1,8% em 2027.

As contas externas registaram um desempenho excecional: a balança corrente passou de um deficit crónico para um excedente de 3,7% do PIB em 2024 e 2025, graças ao bom desempenho do turismo, das reexportações e das remessas dos emigrantes. As reservas internacionais líquidas atingiram EUR 1.070 milhões no final de 2025 — um máximo histórico, equivalente a 7,6 meses de importações prospetivas, bem acima do limiar mínimo de conforto de 3-4 meses. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) recuperou em 2025, crescendo 39,7% face a 2024 e atingindo 14,8 mil milhões de escudos, após a contração acentuada de 34,9% verificada em 2024 (10,5 mil milhões de escudos ou 3,7% do PIB).

A dívida pública continuou a trajetória descendente, atingindo 101,1% do PIB no final de 2025 (face a 111,4% em 2024 e 140%+ durante a pandemia), embora ainda acima do limiar de "alto risco de sobrendividamento" do FMI. O saldo primário atingiu 3,1% do PIB em 2025, superando o objetivo programático, graças ao forte dinamismo das receitas fiscais e à contenção da despesa corrente. Contudo, o fraco ritmo de execução do investimento público mantém-se como uma preocupação sistémica.

Fontes: BCV — Relatório de Política Monetária, abril 2025 e abril 2026; FMI — Comunicado da 8.ª Revisão do ECF, maio 2026; INE-CV — dados estatísticos 2024-2025.

Quadro 5.2 — Indicadores Macroeconómicos de Cabo Verde

Indicador	2022	2023	2024	2025 (est.)
Crescimento do PIB real (%)	17,1	5,8	7,3	6,3
Taxa de inflação média (%)	8,1	3,8	1,0	2,3
Saldo da balança corrente (% PIB)	-7,1	-0,8	+3,7	+3,7
Dívida pública (% PIB)	~127	~115	~111	~101
Reservas internacionais (meses import.)	~5	~6	6,5	~7,6
IDE (mil milhões CVE)	n.d.	n.d.	10,5	14,8
Saldo primário fiscal (% PIB)	-3,8	-0,4	+est.	+3,1

Fontes: FMI — Comunicados 8.ª Rev. ECF (maio 2026) e 7.ª Rev. ECF (nov. 2025); BCV — RPM abril 2026; INE-CV.

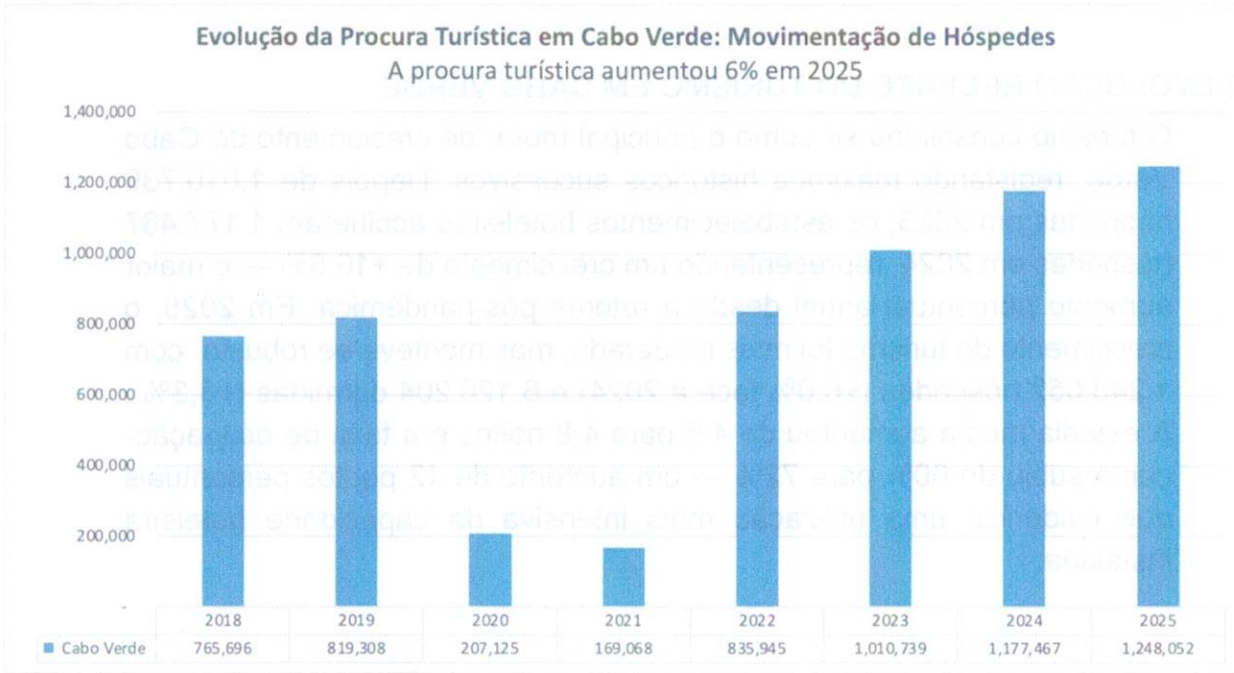
5.3 EVOLUÇÃO RECENTE DO TURISMO EM CABO VERDE

O turismo consolidou-se como o principal motor de crescimento de Cabo Verde, registando máximos históricos sucessivos. Depois de 1.010.739 hóspedes em 2023, os estabelecimentos hoteleiros acolheram 1.177.467 hóspedes em 2024, representando um crescimento de +16,5% — o maior aumento percentual anual desde a retoma pós-pandémica. Em 2025, o crescimento do turismo foi mais moderado, mas manteve-se robusto, com 1.248.052 hóspedes (+6,0% face a 2024) e 6.120.204 dormidas (+8,3%). A estadia média aumentou de 4,6 para 4,8 noites e a taxa de ocupação-cama subiu de 60% para 72% — um aumento de 12 pontos percentuais que evidencia uma utilização mais intensiva da capacidade hoteleira instalada.

Quadro 5.3 — Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros de Cabo Verde (2019-2025)

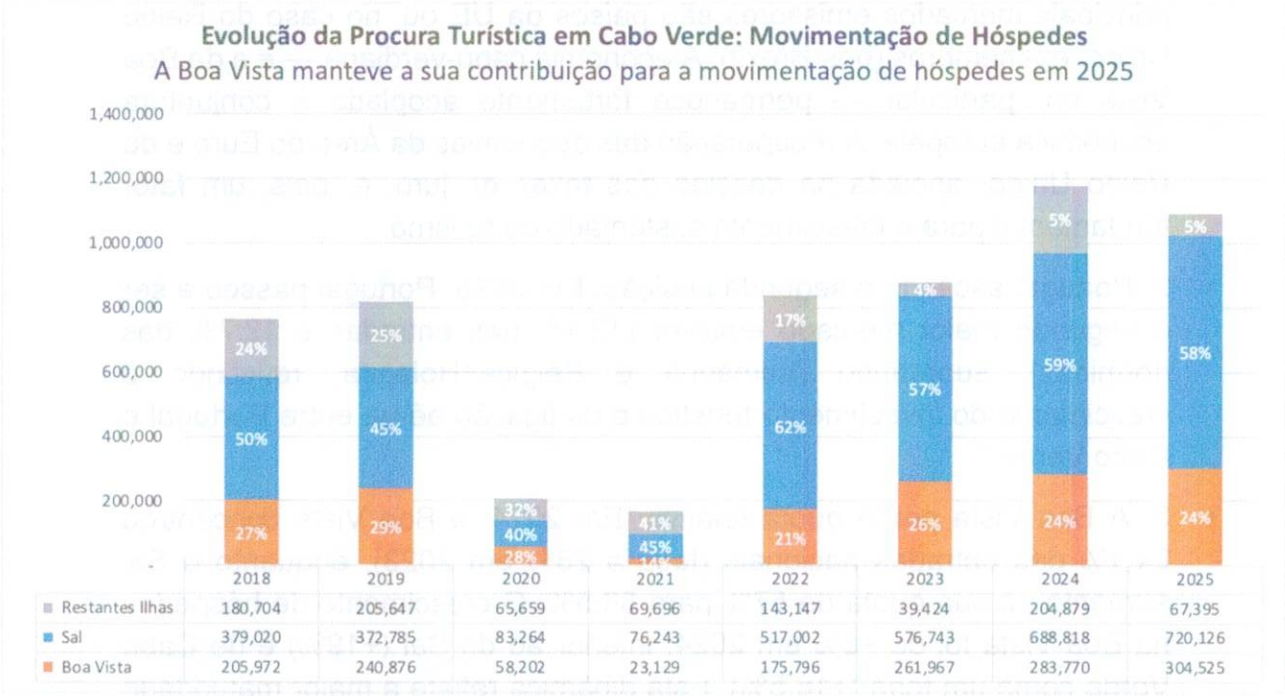
Ano	Hóspedes Totais	Dormidas	Var. Hóspedes	Estadia Média	Ocup. (%)
2019	819.308	5.117.403	Base pré-COVID	6,0	55%
2020	207.125	1.150.641	-74%	5,3	39%
2021	169.068	839.476	+130%	4,7	27%
2022	835.945	4.088.412	+81%	4,8	52%
2023	1.010.739	5.150.806	+21%	5,1	52%
2024	1.177.467	5.651.774	+16,5%	4,6	60%
2025	1.248.052	6.120.204	+6,0%	4,8	72%

Fontes: INE-CV — Estatísticas do Turismo 2024 (abril 2025) e Estatísticas do Turismo 2025 (abril 2026).



Distribuição geográfica (2024): a Ilha do Sal manteve-se como principal destino, concentrando 58,5% das entradas nos estabelecimentos hoteleiros, seguida pela Boa Vista com 24,1%, Santiago com 8,0% e São

Vicente com 4,4%. Em 2025, a Ilha do Sal reforçou a sua posição para 57,7% das entradas, com a Boa Vista a manter-se em segundo lugar.



Quadro 5.4 — Principais Mercados Emissores (Boa Vista e Cabo Verde) — 2024 vs. 2025

Pos.	Mercado Emissor	Cabo Verde 2024 (% hóspedes)	Cabo Verde 2025 (% hóspedes)	Tendência
1	Reino Unido	29,9%	29,3%	↓
2	Alemanha	12,8%	10,5%	↓
3	Bélgica e Países Baixos	11,6%	7,5%	↓
4	Portugal	11,5%	12,1%	↑
5	França	10,7%	10,1%	↓
6	Suécia	4,7%	n.d.	—
7	Itália	4,6%	n.d.	—

Fontes: INE-CV — Estatísticas do Turismo 2024 e 2025.

A análise destes dados revela várias tendências relevantes para o negócio da AEB:

- 1. Predominância europeia e acoplamento à conjuntura da UE: Todos os principais mercados emissores são países da UE ou, no caso do Reino Unido, ex-membros (pós-Brexit). A economia cabo-verdiana — e a da Boa Vista em particular — permanece fortemente acoplada à conjuntura económica europeia. A recuperação das economias da Área do Euro e do Reino Unido, apoiada na descida das taxas de juro, é, pois, um fator fundamental para o crescimento sustentado do turismo.
- 2. Portugal ascende à segunda posição: Em 2025, Portugal passou a ser o segundo maior mercado emissor (12,1% das entradas e 12,7% das dormidas), superando Alemanha e Bélgica+Holanda, refletindo o crescimento do investimento turístico e da ligação aérea entre Portugal e Cabo Verde.
- 3. A Boa Vista perde quota relativa: Em 2024, a Boa Vista concentrou 24,1% das entradas nacionais (face a 26% em 2023), enquanto o Sal aumentou a sua quota de 57% para 58,5%. O crescimento de hóspedes na Boa Vista foi de +8% em 2024, inferior ao do Sal (+19%) e de Cabo Verde como um todo (+16,5%). Esta dinâmica reflete a maior maturidade e atratividade do Sal, com infraestruturas sanitárias, aeroportuárias e de lazer mais desenvolvidas.
- 4. Crescimento do turismo doméstico: Os residentes em Cabo Verde representam apenas 4,5-5,1% das entradas, mas a percentagem tem vindo a aumentar, refletindo o crescimento do rendimento disponível das famílias cabo-verdianas.
- 5. Ameaça da autoprodução: A crescente tendência para a autoprodução de energia por parte de grandes clientes hoteleiros (e.g., CABOTEL/RIU Hotels & Resorts) constitui uma ameaça estrutural para o negócio da AEB, exigindo respostas estratégicas de adaptação, designadamente a aposta nas energias renováveis parcerias estratégicas que possam contribuir para a diversificação dos serviços prestados e o reforço da competitividade da AEB, vias já consagradas no Plano Estratégico e Operacional 2025 – 2030, da AEB.

Fontes: INE-CV; BCV; FMI; UNWTO — dados e análise de contexto turístico 2025.

5.4 ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

Contexto Regulatório

Em termos regulatórios, a Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME) manteve o seu papel de autoridade competente nos setores de energia, água e saneamento. O modelo de revisão tarifária semestral da eletricidade, implementado a partir de meados de 2023, foi mantido, com revisões em 1 de janeiro e 1 de julho de cada ano. A ARME prosseguiu os trabalhos de desenvolvimento de um novo modelo tarifário para o setor elétrico, no contexto da reestruturação do setor protagonizada pela desverticalização ("unbundling") da ELECTRA e criação da ONSEC (single buyer nacional). Em julho de 2025, foi também incorporada nos tarifários uma nova Renda Especial (RE) criada pela Lei n.º 52/X/2025, de 17 de abril, que constitui um novo elemento estrutural no cálculo tarifário.

Evolução dos Preços dos Combustíveis (2025)

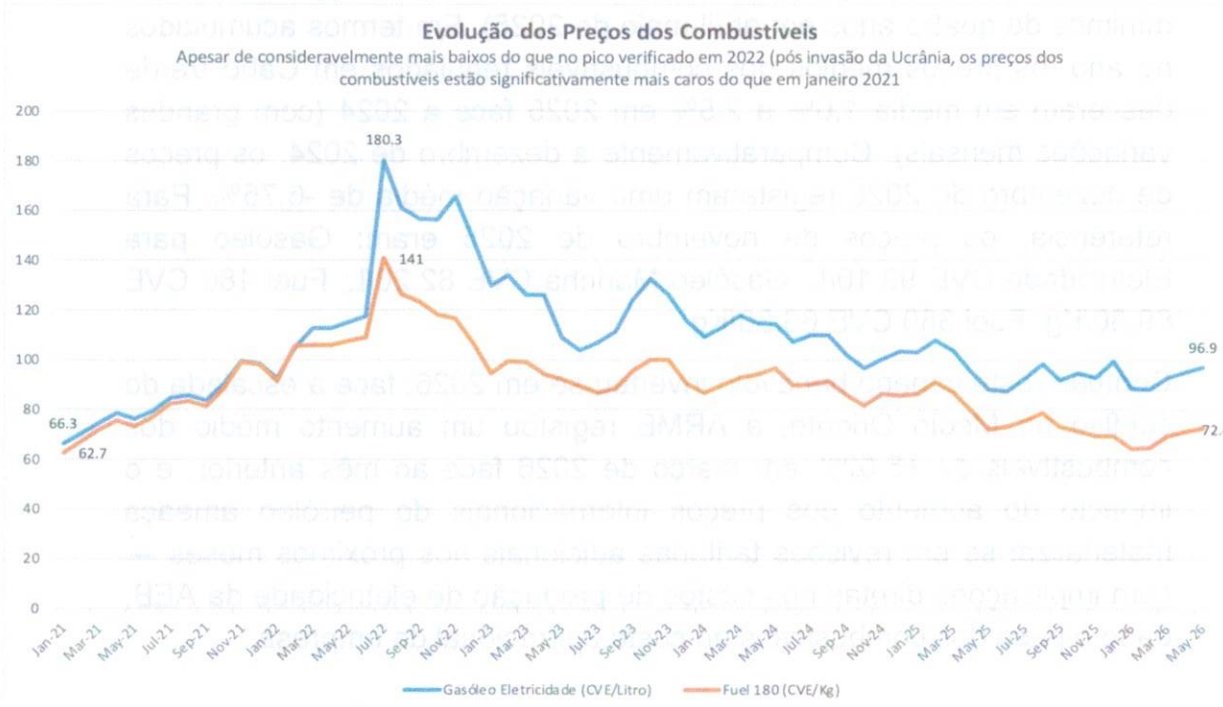
Em 2025, o mecanismo de indexação mensal da ARME produziu uma tendência geral de descida dos preços dos combustíveis, refletindo a moderação das cotações internacionais do petróleo (que atingiram mínimos de quatro anos em abril-maio de 2025). Em termos acumulados no ano, os preços médios dos combustíveis regulados em Cabo Verde desceram em média 1,6% a 2,5% em 2025 face a 2024 (com grandes variações mensais). Comparativamente a dezembro de 2024, os preços de dezembro de 2025 registaram uma variação média de -6,75%. Para referência, os preços de novembro de 2025 eram: Gasóleo para Eletricidade CVE 93,10/L; Gasóleo Marinha CVE 82,20/L; Fuel 180 CVE 69,30/Kg; Fuel 380 CVE 66,30/Kg.

Contudo, este cenário benévolo inverteu-se em 2026: face à escalada do conflito no Médio Oriente, a ARME registou um aumento médio dos combustíveis de +5,52% em março de 2026 face ao mês anterior, e o impacto do aumento dos preços internacionais do petróleo ameaça materializar-se em revisões tarifárias adicionais nos próximos meses — com implicações diretas nos custos de produção de eletricidade da AEB, dado o peso dos combustíveis no custo operacional da empresa.

Quadro 5.5 — Evolução Mensal dos Preços dos Combustíveis (ARME, 2025)

Mês / Período	Gasóleo Normal (CVE/L)	Gasóleo Eletr. (CVE/L)	Fuel 180 (CVE/Kg)	Fuel 380 (CVE/Kg)	Var. Média Mensal (%)
Jan. 2025	~120	~106	~73	~72	+4,7%
Fev. 2025	~122	~108	~75	~74	+4,7%
Abr. 2025	~112	~99	~68	~67	-7,7%
Mai. 2025	~104	~92	~62	~61	-7,6%
Jul. 2025	~113	~100	~65	~64	+3,1%
Ago. 2025	~119	~106	~68	~66	+3,3%
Nov. 2025	108,80	93,10	69,30	66,30	-1,7%
Dez. 2025	~115	~99	~70	~66	+3,3%
Mar. 2026 (*)	~120	~104	~76	~72	+5,5% (*)

Fontes: ARME — Comunicados mensais de preços máximos dos combustíveis (jan.–dez. 2025 e mar. 2026). (*) Março 2026: impacto do conflito no Médio Oriente. Valores mensais intermédios são estimativas baseadas nas variações percentuais publicadas pela ARME.



Evolução do Tarifário de Eletricidade (AEB, 2025)

Em 2025, as tarifas de eletricidade para a AEB foram revistas em baixa em dois momentos:

1. 1.º semestre (1 jan. – 30 jun. 2025): redução da tarifa média de eletricidade da AEB de 9,91%, ao abrigo da Deliberação n.º 45/CA/2024, de 31 de dezembro de 2024. Esta revisão refletiu a descida dos preços dos combustíveis e a retirada definitiva dos valores de compensação do défice tarifário gerado durante o 2.º semestre de 2022 (CVE 1,55/kWh para a AEB).
2. 2.º semestre (1 jul. – 31 dez. 2025): nova redução de 4,89% a 8,33% consoante o escalão tarifário, ao abrigo da Deliberação n.º 51/CA/2025, de 1 de julho. Esta revisão contemplou, pela primeira vez, a Renda Especial (RE), criada pela Lei n.º 52/X/2025 de 17 de abril, incorporada como novo componente do custo de produção de eletricidade.

Com efeito a partir de 1 de janeiro de 2026, a ARME procedeu a uma nova revisão tarifária para a AEB, desta vez com uma redução mais modesta na ordem de 0,9% a 1,24% consoante o escalão (Deliberação n.º 74/CA/2025, de 31 de dezembro de 2025). Os valores tarifários vigentes na AEB a partir de 1 de janeiro de 2026 são: BTD ≤60 kWh CVE 29,92/kWh; BTD >60 kWh CVE 37,57/kWh; BTE CVE 33,26/kWh; BTE-LAC CVE 34,31/kWh; MT CVE 28,46/kWh; Iluminação Pública CVE 29,92/kWh. A Tarifa Social contempla três escalões: 1.º escalão (≤30 kWh) CVE 17,95/kWh; 2.º escalão (30-60 kWh) CVE 20,94/kWh; 3.º escalão (60-90 kWh) CVE 30,05/kWh.

Quadro 5.6 — Tarifas de Eletricidade AEB (Boa Vista) — Evolução 2024-2026 (CVE/kWh, com IVA)

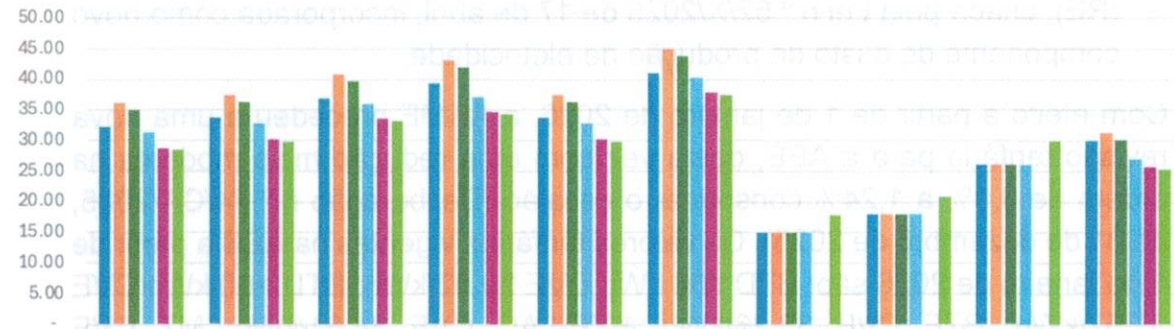
Escalão/Categoria	Jul–Dez 2024	Jan–Jun 2025	Jul–Dez 2025	Jan 2026–
BTD (≤60 kWh/mês)	~33,20	30,27	30,27	29,92
BTD (>60 kWh/mês)	~42,00	37,92	37,92	37,57
BTE	~37,30	33,63	33,63	33,26
BTE-LAC	~38,50	34,67	34,67	34,31
Média Tensão (MT)	~31,90	28,81	28,81	28,46

Escalão/Categoria	Jul–Dez 2024	Jan–Jun 2025	Jul–Dez 2025	Jan 2026–
Iluminação Pública	~33,60	30,27	30,27	29,92
Tarifa Social 1.º escalão (≤30 kWh)	n.d.	n.d.	n.d.	17,95
Tarifa Social 2.º escalão (30-60 kWh)	n.d.	n.d.	n.d.	20,94

Fontes: ARME — Deliberações n.º 45/CA/2024 (31 dez. 2024), n.º 51/CA/2025 (1 jul. 2025) e n.º 74/CA/2025 (31 dez. 2025). Valores Jul-Dez 2024 calculados por retropolação a partir das variações publicadas.

Eletricidade: Revisões Tarifárias de 2024 (CVE/KWh, com IVA)

As tarifas têm sofrido reduções desde janeiro de 2025, não refletindo os custos extraordinários assumidos pela AEB



	MT	IP	BTI	BTE	BTN ≤ 60 KWh	BTN > 60 KWh	BTS ≤ 30 KWh	BTS 30 a 60 KWh	BTS 60 a 90 KWh	Consumo Interno para Produção de Água
1-Jul-23	32.30	33.72	36.97	39.31	33.72	41.13	15.01	18.01	26.20	29.98
1-Jan-24	36.16	37.57	40.82	43.17	37.57	44.98	15.01	18.01	26.20	31.35
1-Jul-24	35.05	36.41	39.71	42.06	36.46	43.87	15.01	18.01	26.20	30.32
1-Jan-25	31.43	32.84	36.09	37.11	32.84	40.25	15.01	18.01	26.20	26.97
1-Jul-25	28.81	30.27	33.63	34.67	30.27	37.92				25.65
1-Jan-26	28.46	29.92	33.26	34.31	29.92	37.57	17.95	20.94	30.05	25.42

Nota: Em 2025 não houve qualquer revisão tarifária no setor da água (mantiveram-se as tarifas aprovadas em vigor), nem no saneamento. Esta situação mantém a pressão financeira sobre a AEB, dado o aumento dos custos de produção de água dessalinizada, sem compensação tarifária.

Síntese de Riscos e Oportunidades para a AEB

A análise do enquadramento macroeconómico externo e interno permite identificar um conjunto de riscos e oportunidades com impacto direto no desempenho operacional e financeiro da AEB:

RISCOS	OPORTUNIDADES
• Escalada dos preços do petróleo pelo conflito no Médio Oriente (Brent >USD100/barril) aumenta custos de geração de eletricidade e pressiona margens operacionais. • Desaceleração económica da UE e do Reino Unido pode comprimir o rendimento disponível das famílias europeias e moderar a procura turística para Cabo Verde. • Crescente autoprodução por grandes clientes hoteleiros e reduções de volumes de venda da AEB. • Ausência de revisões tarifárias nos setores da água e da energia, não cobrindo aumentos de custos operacionais.	• Crescimento robusto do turismo (1,25M hóspedes em 2025; +6%) e perspetivas favoráveis de crescimento da oferta hoteleira (ZDTI Lacacão, Porto de Santa Mónica, retoma do projeto Chave). • Forte desempenho macroeconómico de Cabo Verde (PIB +6,3% em 2025) aumenta a procura interna de energia. • Descida das taxas de juro na Área do Euro e no RU (BCE 2,0%; BoE 3,75%) estimula a procura turística europeia. • Potencial de crescimento das energias renováveis (solar) para reduzir dependência de combustíveis fósseis e expor a AEB a um portefólio de receita mais diversificado. • Reservas internacionais em máximos históricos (EUR 1.070M) e solidez fiscal reforçam a credibilidade de Cabo Verde junto de financiadores internacionais para projetos de infra-estrutura energética.

Fontes: FMI, BCV, ARME, INE-CV, IEA, ECB, Bank of England, Federal Reserve — fontes múltiplas citadas no presente capítulo.

6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2025

As atividades desenvolvidas em 2025, com maior ou menor dificuldade, e num contexto marcado por incertezas de vária ordem (e.g. financiamento da empresa, efeitos da reestruturação do setor elétrico nacional no negócio da AEB, etc.), permitiram, ainda assim, continuar a trajetória de recuperação da empresa e seu reposicionamento no mercado da Boavista. Importa destacar as seguintes realizações:

6.1 ATIVIDADE OPERACIONAL

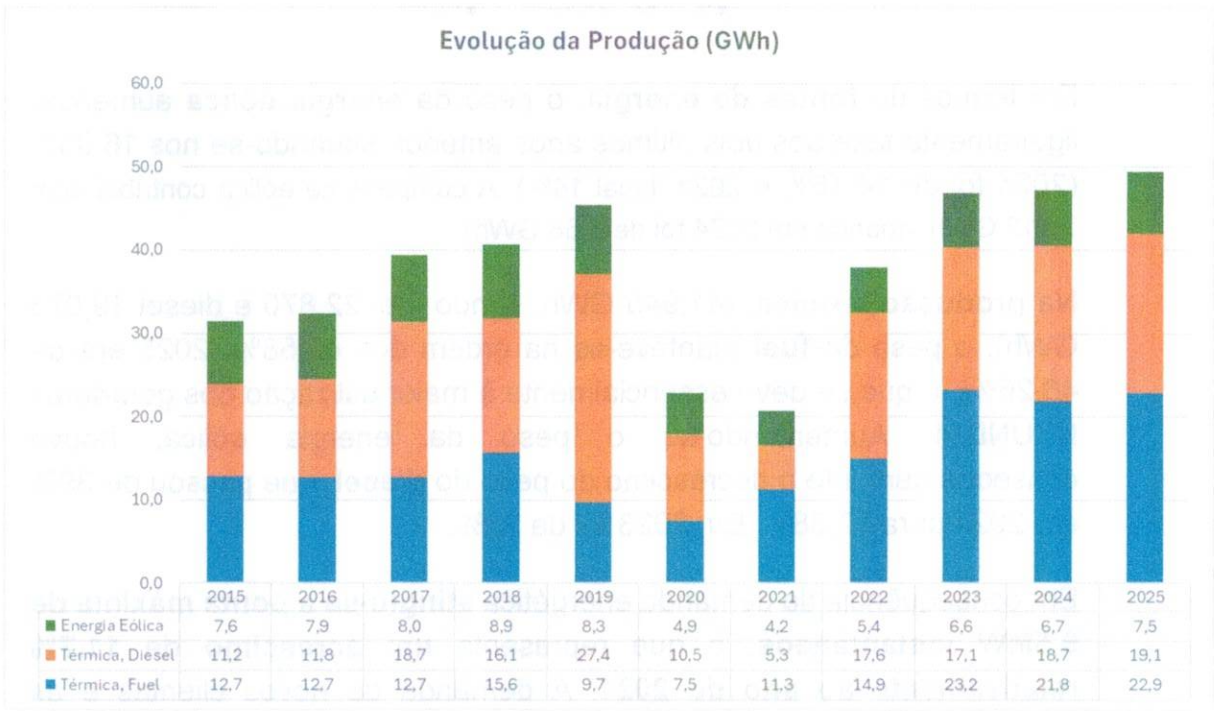
6.2.1 Produção de Eletricidade



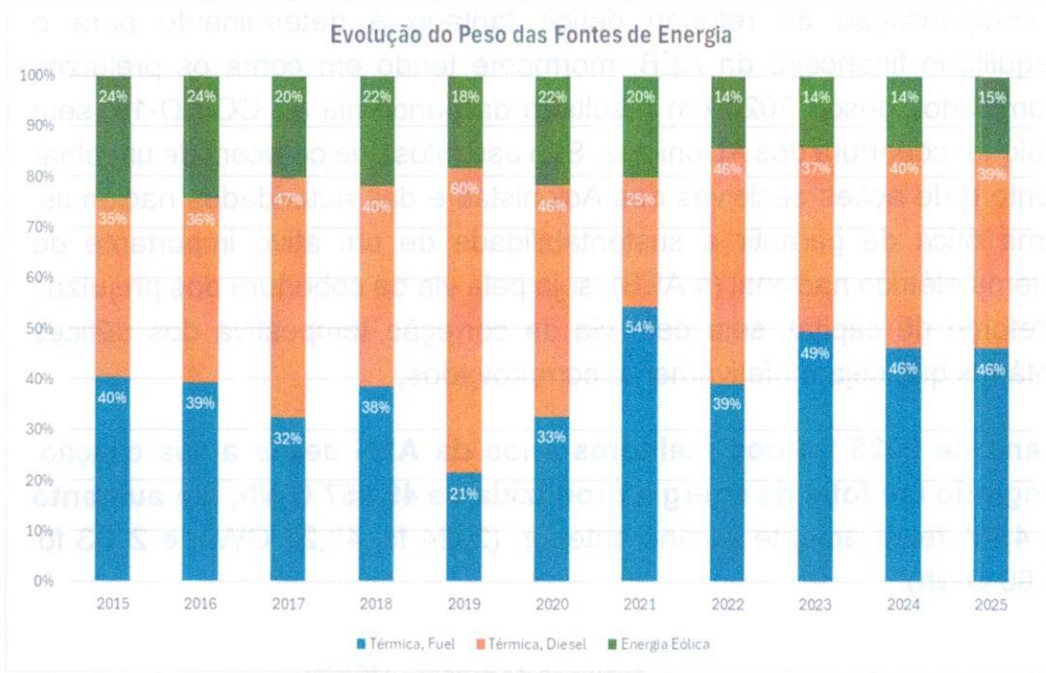
A produção de eletricidade é, por ora, deficitária. A última revisão tarifária periódica de fundo foi realizada em 2008, conforme atestado em recente relatório produzido por uma missão de assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI). Estima-se que o défice tarifário acumulado desde então, ainda sem compensação pelo Estado, oscile entre os 290 e os 400 mil contos, esperando-se a confirmação deste valor pela Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME).

A compensação do referido défice tarifário é determinante para o reequilíbrio financeiro da AEB, mormente tendo em conta os prejuízos acumulados desde 2020 em resultado da pandemia do COVID-19, sem qualquer cobertura dos Acionistas. São assuntos que carecem de um olhar atento e de ações decisivas dos Acionistas e das autoridades nacionais, numa ótica de garantir a sustentabilidade de um ativo importante do sistema elétrico nacional (a AEB), seja pela via da cobertura dos prejuízos e reforço de capital, seja pela via da correção tempestiva dos défices tarifários que sejam efetivamente comprovados.

O ano de 2025 foi dos melhores anos da AEB desde a sua criação, **atingindo um total de energia produzida de 49,457 GWh, um aumento de 4,7%** relativamente ao ano anterior, (2024 foi 47,22 GWh, e 2023 foi 46,90 GWh).



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Energia Eólica	7,6	7,9	8,0	8,9	8,3	4,9	4,2	5,4	6,6	6,7	7,5
Térmica, Diesel	11,2	11,8	18,7	16,1	27,4	10,5	5,3	17,6	17,1	18,7	19,1
Térmica, Fuel	12,7	12,7	12,7	15,6	9,7	7,5	11,3	14,9	23,2	21,8	22,9



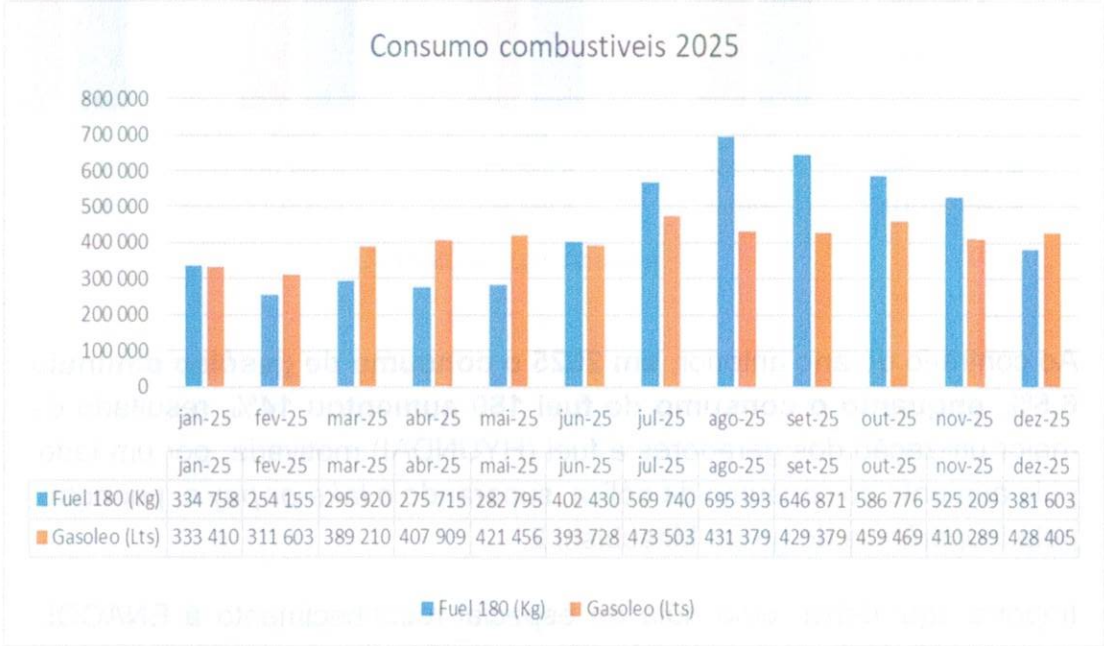
Em termos de **fontes de energia**, o peso da **energia eólica** aumentou ligeiramente face aos dois últimos anos anterior, situando-se nos 16,03% (2024 foi de 14,16% e 2023, igual 14%). A componente eólica contribui com 7,512 GWh, quando em 2024 foi de 6,68 GWh).

Na **produção térmica**, (41,945 GWh, sendo fuel 22,870 e diesel 19,073 GWh), o peso do **fuel** manteve-se na ordem dos 46,58% (2025 era de 46.26%), o que se deve essencialmente à maior utilização dos geradores HYUNDAI. Aumentando-se o peso da energia eólica, houve consequentemente o decréscimo do peso do **diesel**, que passou de 39% em 2024 para 37,38%. Em 2023 foi de 23%.

Em consequência da demanda energética **atingiu-se a ponta máxima de 9,5MW instantâneos,** o que representa **um acréscimo de 11,7% relativamente ao ano de 2024**. A demanda de novos clientes e as previsões de entrada de futuros consumidores (entre eles novos investimentos turísticos, como a Tui-Robinson), exigirá da AEB uma constante adaptação de forma a está em condições de atender às sucessivas necessidades.

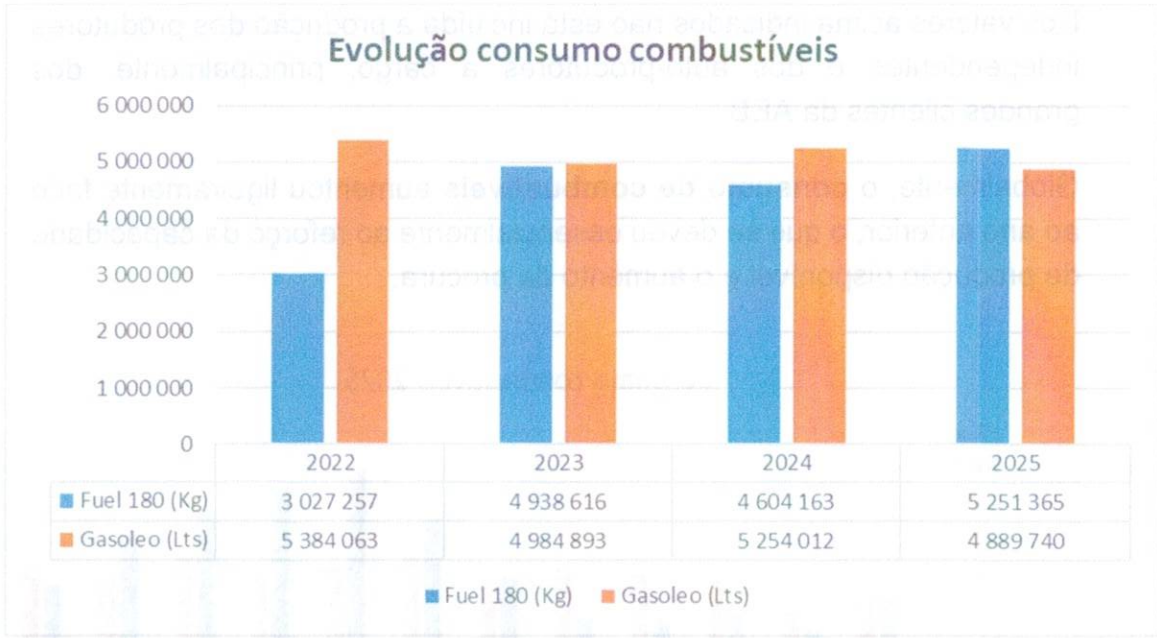
Dos valores acima indicados não está incluída a produção dos produtores independentes e dos auto-produtores a cargo, principalmente, dos grandes clientes da AEB.

Globalmente, o **consumo de combustíveis** aumentou ligeiramente face ao ano anterior, o que se deveu essencialmente ao reforço da capacidade de produção disponível e o aumento da procura.



	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25
Fuel 180 (Kg)	334 758	254 155	295 920	275 715	282 795	402 430	569 740	695 393	646 871	586 776	525 209	381 603
Gasoleo (Lts)	333 410	311 603	389 210	407 909	421 456	393 728	473 503	431 379	429 379	459 469	410 289	428 405

O consumo de fuel 180 foi de 5.254.861 Kgs enquanto o gasóleo atingiu os 4.910.811 Lts. Do cruzamento dos dados de produção com o consumo de combustível pode-se apurar os consumos específicos na ordem dos (i) 215 g/KWh de Fuel e (ii) 220 g/KWh.



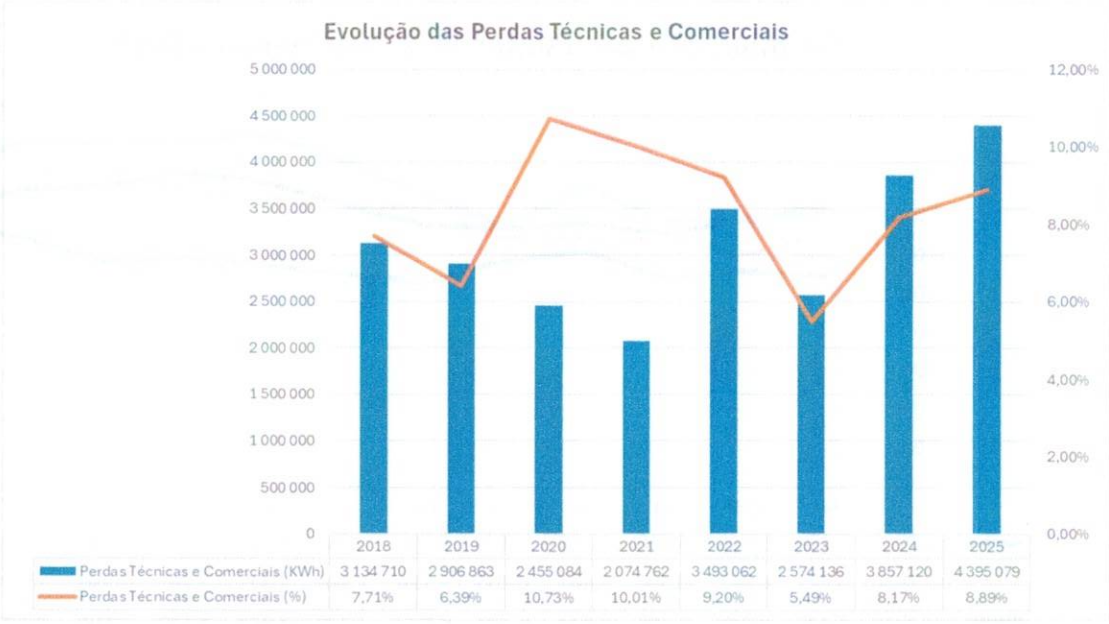
	2022	2023	2024	2025
Fuel 180 (Kg)	3 027 257	4 938 616	4 604 163	5 251 365
Gasoleo (Lts)	5 384 063	4 984 893	5 254 012	4 889 740

Ao contrário do ano anterior, **em 2025 o consumo de gasóleo diminuiu 6,5%, enquanto o consumo de fuel 180 aumentou 14%**, resultado da maior utilização dos geradores a fuel (HYUNDAI) motivada, por um lado, pelo aumento do consumo da eólica, superando o *take-or-pay* e, por outro, pela inoperância do grupo Mitsubishi 2.

Importa aqui deixar uma nota de especial reconhecimento à ENACOL, que, não obstante as ocasionais dificuldades de tesouraria que levaram a AEB a ultrapassar o plafond de crédito contratualmente estabelecido e a acumular faturas vencidas, nunca deixou de fornecer os combustíveis necessários para garantir a produção.

As **perdas globais no setor energético** aumentaram para 8,17%, mesmo assim abaixo da média dos 5 anos anteriores (8,8%).

O desempenho a nível das perdas globais é ainda mais notável quando comparado com os dados de 2013, quando as perdas globais chegavam a 21,3%.



Importa salientar que, ainda em 2025, a produção térmica da AEB dependeu exclusivamente da potência alugada, já que o parque produtivo alugado se manteve inalterado, aguardando a recuperação de um dos grupos próprios e a possibilidade de devolução de parte desses geradores.

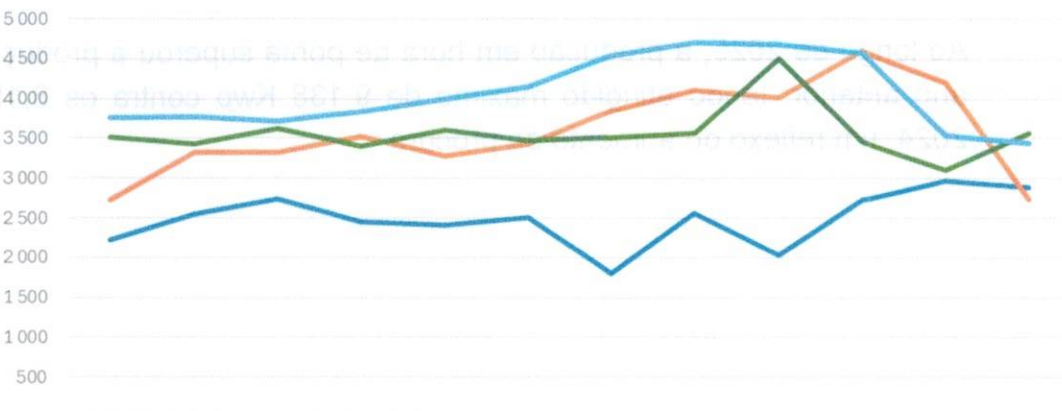
Ao longo de 2025, a produção em hora de ponta superou a produção do ano anterior, tendo atingido máximo de 9,138 Kwp contra os 8,185 de 2024, um reflexo do aumento da procura.

Comparação das Pontas Máximas Mensais (KW)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Max 2022	5 456	5 590	5 430	6 109	5 900	5 329	5 556	5 786	6 021	5 896	6 561	6 925
Max 2023	6 521	6 007	6 398	6 467	6 456	7 226	7 348	7 541	7 762	7 791	7 832	7 340
Max 2024	7 258	6 899	6 592	6 833	6 725	6 820	7 339	7 945	8 185	7 868	7 770	7 200
Max 2025	7 098	6 879	6 912	7 797	6 751	7 609	8 461	9 138	8 954	8 978	9 015	8 266

Comparação das Pontas Mínimas Mensais (KW)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Min 2022	2 216	2 555	2 738	2 449	2 415	2 507	1 802	2 566	2 031	2 728	2 969	2 891
Min 2023	2 723	3 321	3 318	3 521	3 280	3 433	3 853	4 117	4 019	4 600	4 200	2 744
Min 2024	3 512	3 426	3 621	3 410	3 612	3 469	3 508	3 570	4 508	3 456	3 100	3 572
Min 2025	3 751	3 766	3 712	3 845	4 007	4 152	4 550	4 715	4 678	4 578	3 546	3 449

As pontas mínimas e máximas na produção de energia em 2025, comprovam o aumento da procura face ao ano anterior e ao período pré-pandemia.

A 31 de dezembro de 2025, a potência disponível somava 14.050 KW, distribuída da seguinte forma:

a. Potencia térmica operativa de 11,5 MW [14,375 MVA], suportada pelos geradores alugados: HYUNDAI (2 x 1.710 KW), CUMMINS (3 x 1.000 KW) e YANMAR (6 x 1.020 KW).
b. 2,550 MW [3,1875 MVA], de potência eólica.

O setor de produção de água e saneamento consumiu cerca de 8,4% do total da energia produzida pela AEB (4,153 GWh).

A melhoria da produção de eletricidade tem constituído o principal desafio operacional da AEB nos últimos anos, resultado de um parque produtivo maioritariamente obsoleto e de um **modelo de gestão da central elétrica** (terceirização à empresa NORTIA) herdado em 2019 e que se revelou incapaz de garantir a operacionalidade e a manutenção dos equipamentos produtivos.

Assim, tendo em vista a melhoria de desempenho e a necessidade premente de cumprir as suas obrigações de serviço público de qualidade, a AEB vem apostando no posicionamento estratégico que lhe permita consolidar o seu ativo de produção com grupos novos e estabelecer parcerias capazes de alavancar a AEB na componente de produção de energia.

A produção melhorou, efetivamente, devido à utilização de equipamentos mais modernos, eficientes, e adequados à operação da AEB. Contudo, as poupanças realizadas, e.g. a nível dos combustíveis, foram anuladas pelo significativo aumento dos custos com o aluguer de geradores.

A necessidade de uma **auditoria técnica à gestão e aos equipamentos da central elétrica** foi identificada desde 2020, tendo a Administração solicitado à Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE) e

à Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE) a inclusão desta auditoria no âmbito da assistência técnica de suporte ao processo à reestruturação do setor elétrico nacional (*unbundling*) e privatização da ELECTRA. Contudo, a solicitação da AEB só foi atendida, parcialmente, em maio de 2023, quase 3 anos depois.

A referida auditoria foi realizada por uma equipa da ELECTRA (com apoio dos técnicos do Departamento de Produção de Energia da AEB), tendo esta equipa produzido um relatório com a **caracterização do estado dos equipamentos existentes** (muitos em estado de inoperacionalidade) e um conjunto de **recomendações**.

Foi ainda avaliada a **possibilidade de recuperação de dois geradores WARTSILA**, inativos, sendo estes os geradores da propriedade da AEB com a maior potência (1.620 KW cada), com apoio do próprio fabricante.

Para além de se constatar que a gestão da NORTIA havia deixado os equipamentos em péssimo estado de conservação (estavam, afinal, inoperacionais), chegou-se a um orçamento proibitivo para a recuperação dos dois geradores, mormente na situação financeira vivida pela AEB. A Administração seria, então, obrigada a procurar alternativas menos onerosas para o reforço da capacidade própria de produção de eletricidade e redução da dependência do aluguer de potência a terceiros, o que levou à decisão para a **recuperação de um outro grupo MITSUBISHI**.

Contudo, a demora na concretização do parque fotovoltaico de 5 Megawatts (MW) da Boa Vista e ausência de repostas por parte dos acionistas e das autoridades setoriais no sentido de apoiar a AEB na reestruturação da central obrigaram a AEB a manter, para além do tempo necessário, o regime de **potência alugada adicional**, com custo mensal a atingir os CVE 49 milhões (aluguer, operação e manutenção), contrariando, assim, a expetativa de redução da dependência do aluguer de potência a terceiros em 2025.

Após requerer ao Governo o mandato formal para assumir a realização do projeto de parque fotovoltaico de 5 Megawatts (MW), *a AEB acabou por*

receber uma Carta-Conforto do MICE (Ministério de Indústria Comercio e Energia) em julho de 2025, permitindo-lhe recorrer a uma parceria estratégica para o efeito. Com o referido mandato, a AEB, de imediato, desencadeou as diligencias necessárias para introduzir a produção fotovoltaica na sua linha produção, reforçando o seu papel de produtor de energia, com foco em energias renováveis.

6.2.2 Transporte e Distribuição de Energia Elétrica

As intervenções de maior relevo foram as seguintes:

a. Adaptação das infraestruturas essenciais para a instalação do sistema SCADA, com melhores garantias de proteção seletiva na rede, mas também da própria Central de Produção.
   A adaptação na rede conferiu ainda maior segurança e melhor poder de penetração de mais energia renovável e favoreceu a consolidação dos anéis que delimitam as diferentes zonas de distribuição.

b. Expansão da rede de media tensão entre o PT Lacacão e o PT Dessalinização Lacacão
c. Montagem e ligação do PT da Nova Dessalinizadora (5m3/dia) de Lacacão.
d. Teste e vistorias para a receção do **sistema solar fotovoltaico** na Parcela de Chaves, destinado à produção de água.
e. Alargamento de redes em todas as localidades, conforme o quadro a seguir,

Povoados	Rede Subterrânea (Km)	Rede aérea (Km)
Sal Rei	3	2
Rabil	1	0.5
Estância de Baixo	0.5	0
Povoação Velha	0.3	0
Bofareira	0.1	0
João Galego	0.3	0
Fundo Figueiras	0.3	0

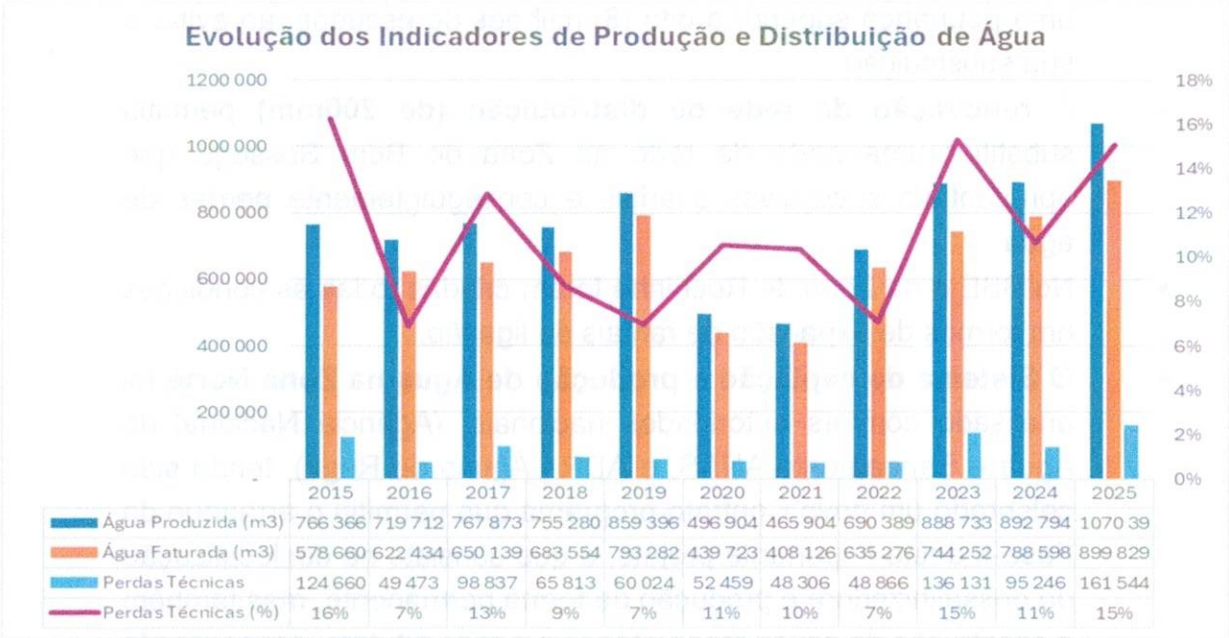
Cabeça dos Tarrafes	0.1	0
Lacacão	0.2	0.5

Globalmente, estas intervenções permitiram alcançar os seguintes resultados, todos eles eleitos como desafios para 2025:

- ✓ *Uma maior estabilidade da rede de transporte e de distribuição de energia;*
- ✓ *Consolidação da rede em anéis, facilitando as intervenções e as ligações domiciliárias.*
- ✓ *Melhorias na rede de iluminação pública e garantia de maior segurança noturna nos povoados;*
- ✓ *A ligação de novos clientes à rede pública de distribuição de energia com segurança;*
- ✓ *Melhor e maior penetração das energias renováveis; e*
- ✓ *A redução de perdas técnicas na distribuição de energia.*

6.2.3 Produção de Água

A **produção total de água potável** durante **o ano de 2025 atingiu os 1.070.398 *m³* (*contra 892.794 m³ em 2024*), uma variação de 20% a mais** do que no ano anterior, o que demonstra uma demanda cada vez mais crescente no consumo da água dessalinizada em toda a ilha, tanto para os grandes Clientes como para a população em geral.



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Água Produzida (m3)	766 366	719 712	767 873	755 280	859 396	496 904	465 904	690 389	888 733	892 794	1070 39
Água Faturada (m3)	578 660	622 434	650 139	683 554	793 282	439 723	408 126	635 276	744 252	788 598	899 829
Perdas Técnicas	124 660	49 473	98 837	65 813	60 024	52 459	48 306	48 866	136 131	95 246	161 544
Perdas Técnicas (%)	16%	7%	13%	9%	7%	11%	10%	7%	15%	11%	15%

Os níveis de **perdas de água** em todo o sistema foram de 15,0% um aumento acima do normal, mas que se deveu a várias intervenções realizadas sobretudo na zona antiga da Cidade de Sal Rei por terceiros (i.e., não pela AEB), causando ruturas frequentes da rede local, também ela antiga. As intervenções de melhoria introduzidas pela AEB visam fomentar a tendência decrescente das perdas, mantendo-as abaixo dos 10%.

Apesar das dificuldades financeiras, a AEB conseguiu realizar **investimentos** importantes, tendo em vista a satisfação da procura de água, num contexto marcado pelo alargamento da cobertura das redes de distribuição de água canalizada e pelo crescimento turístico pós-pandemia.

Apresentam-se, assim, as seguintes realizações:

- Pela primeira vez, e em parceria com um dos parceiros, foi possível prosseguir com a **lavagem química das membranas** de duas dessalinizadoras, o que permitiu a recuperação integral (100%) das membranas, prolongando a sua vida útil e, sobretudo, permitindo

uma poupança superior a oito (8) milhões de escudos, ao evitar a sua substituição.

- A **renovação da rede de distribuição (de 200mm)** permitiu substituir uma parte da rede na Zona de Bom Sossego que apresentava sucessivas avariais e conseguintemente perdas de água.
- No BBE e na Zona de Rochinha foram criadas todas as condições em termos de expansão de ramais de ligação.
- O **Sistema de captação e produção de Água na Zona Norte** foi analisado com as autoridades nacionais, (Agência Nacional de Água e Saneamento-ANAS, e ADR_ Águas de Rega), tendo sido celebrado um novo Contrato-programa que permitiu o arranque da Fase-II deste importante projeto, e que consiste na deslocalização da dessalinizadora e produção de forma permanente, mas também a construção de novos reservatórios e a rede adutora, assegurando assim o abastecimento permanente.
- A população de Povoação Velha, no futuro próximo, será abastecida a partir da nova unidade de produção em Lacacão. Para o efeito, a AEB tem trabalhado em duas frentes (i) uma com a Infraestruturas de Cabo Verde (ICV) no sentido de arrancar a obra de adução que irá transportar a água até à rotunda das pedras e (ii) com a UNIHA, na efetivação do auto de receção parcial da nova dessalinizadora de 5.000 m^3/dia em Lacacão.
- Outro marco importante é o arranque do Parque Fotovoltaico na Parcela de Chaves, destinado a fornecer energia ao sistema de produção de água.

No cômputo global de 2025, foram realizadas 134 **novas ligações à rede pública de distribuição de água.** Com este acréscimo, a AEB passou assim a contar com 4.234 ligações ativas à rede pública de água *(+3,3 % face a 2024, com 4.100 ligações ativas*).

O setor da água representa 35,6% do número total de clientes da AEB.

A **capacidade produção da água instalada** (capacidade nominal) não se alterou e manteve-se nos 5.950m³/dia em 2025, sendo esta distribuída por quatro centros de produção: Sal-Rei, Parcela Técnica de Chaves, Lacacão e Norte.

As duas unidades de produção mais recentes, instaladas em 2022, encontram-se situadas em Fundo de Figueiras (200 m³/dia) e na Parcela Técnica de Chave (1.200m³/dia).

Departamento de Água e Saneamento
Ativos de Produção de Água

Setor	Unidade de Produção	Capacidade de Produção (m3/ dia)
Norte	Dessalinizadora Sal-Rei	1,200
Norte	Dessalinizadora Sal-Rei	750
Norte	Dessalinizadora Chave	1,200
Norte	Dessalinizadora Chave	300
Norte	Dessalinizadora Chave (2022)	1,200
Sul	Dessalinizadora Lacacão 1	800
Sul	Dessalinizadora Lacacão 2	300
Sul	Dessalinizadora Fundo das Figueiras (2022)	200
Total		**5,950**

Com relação ao **saneamento**, a capacidade efetiva de tratamento de águas residuais manteve-se nos 2.000m³/dia.

Existem duas estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), situadas em dois pontos distintos da ilha, com a capacidade total de tratamento/reutilização de 2.400 m³/dia.

ETAR	Sistema	Membrana	Capacidade, m3/ dia
Chave	MBR	Kubota	1,400
Lacacão	Lamas Ativadas		1,000
Total			**2,400**

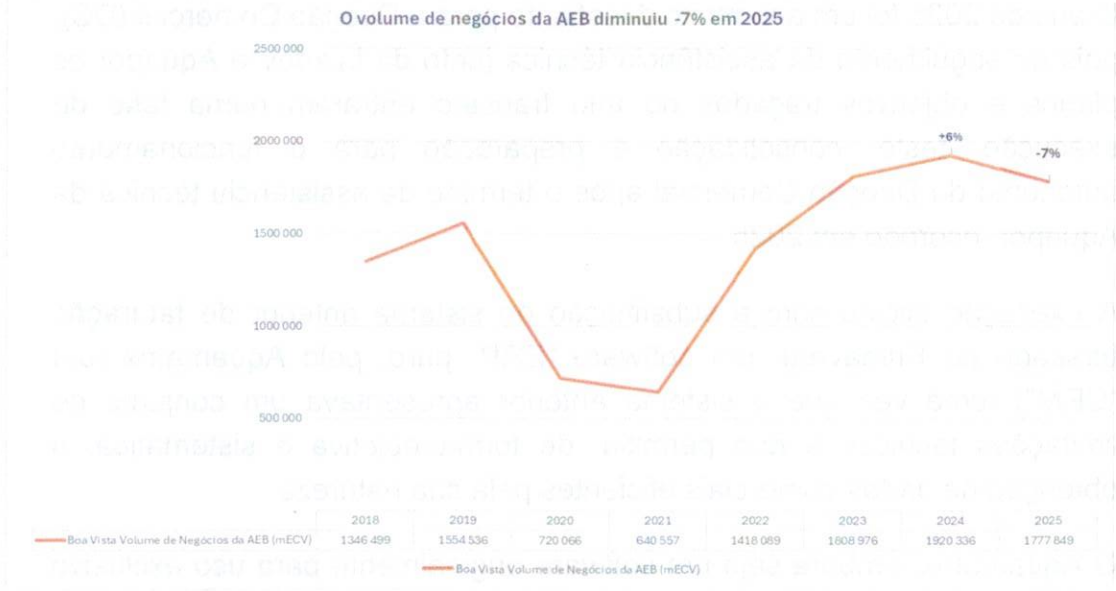
O **volume total de água residual recolhida e tratada** numa das duas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), neste caso da Parcela de Chaves atingiu os 272.254 m^3 (ligeiramente superior que 2024, de 218.891 $m^{3)}$). Deste volume, somente 51,4%, ou aproximadamente 140.129 m^3, foi posteriormente destinado à rega. Na ETAR de Lacacão o tratamento atingiu somente 41.255m^3 do volume recolhido de 162.581m3, devido a dificuldades várias ocorridas nos sistemas de recolha e tratamento. Da quantidade tratada somente 27.706 m^3 foi utilizada para a rega pelo Hotel TIU-Touareg.

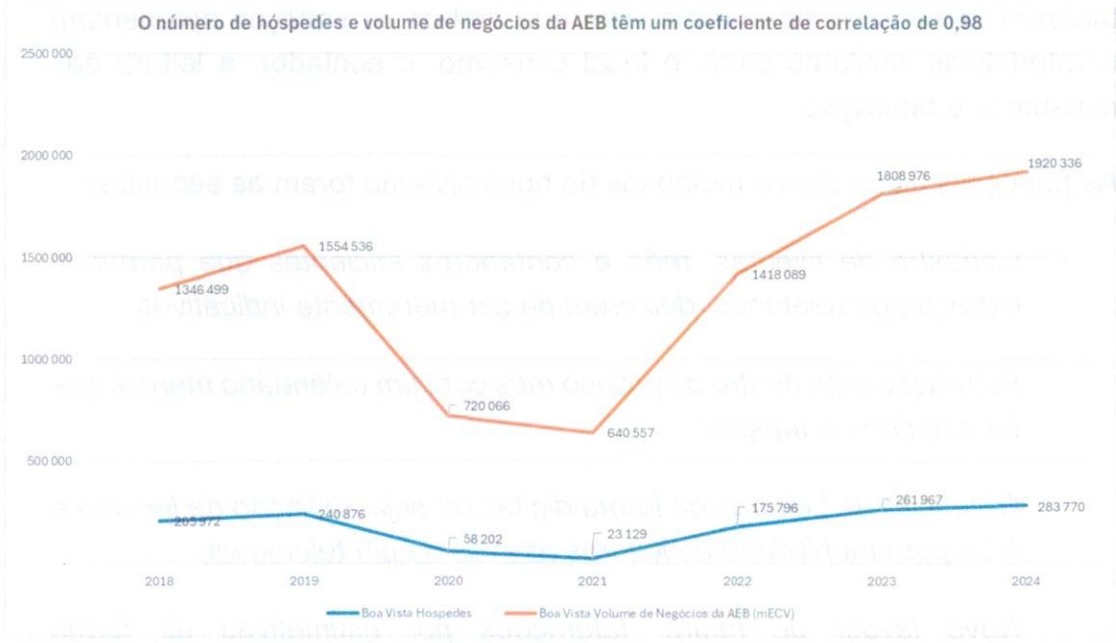
6.2 ATIVIDADE COMERCIAL

Em 2025, a AEB registou 376 **novos Clientes**, sendo 134 para o produto água e 242 para o produto energia (*em 2024 foram 372 para o produto água e 1.024 para o produto energia*).

O número total de clientes (água e energia) chegou a 11.520.

O **volume anual de negócios** ascendeu a 1.78 milhões de contos, representando ***uma diminuição de 7,42% face a 2024*** (1.92 milhões contos).





O volume de negócios da AEB tem forte correlação com o número de turistas que anualmente chegam à Boa Vista, sendo o coeficiente de correlação igual a 0,98. (A correlação seria perfeita se atingisse 1,00.)

O ano de 2025 foi um ano muito desafiante para a Direção Comercial (DC), pois no seguimento da assistência técnica junto da Luxdev e Aquapor os planos e objetivos traçados no ano transato entraram numa fase de execução, teste, consolidação e preparação para o funcionamento autónomo da Direção Comercial após o término da assistência técnica da Aquapor, ocorrido em 2025.

A execução iniciou com a substituição do sistema anterior de faturação baseado no Primavera, um software "ERP" puro, pelo Aquamatrix (um "CRM"), uma vez que o sistema anterior apresentava um conjunto de limitações técnicas e não permitia, de forma objetiva e sistemática, a obtenção de dados comerciais eficientes pela sua natureza.

O Aquamatrix, embora seja um software originalmente para uso exclusivo dos serviços de água, foi adaptado à realidade da AEB de forma a incorporar também os serviços de energia visto que ambos os serviços apresentam caraterísticas similares como o local consumo, o contador, a leitura dos consumos e faturação.

As principais alterações e melhorias do novo sistema foram as seguintes:

- *Cadastro de clientes, rede e contadores eficientes que permitem extração de relatórios, deixaram de ser meramente indicativos;*

- *Faturação feita dentro do próprio mês com um calendário mensal que é cumprido na íntegra;*

- *Obtenção de Leituras de forma digital, ou seja, extinção de leituras a mão para mobilidade de leituras através de um telemóvel;*

- *Novo layout de fatura, faturações por estimativas de forma automatizada e introdução de pagamentos online via ATM e internet banking.*

Investimentos

Desde 2020, a AEB tem tido a sua capacidade de financiar investimentos severamente condicionada, com óbvias consequências, a prazo, no cumprimento da sua missão, pelo que não houve concretização de investimentos significativos em 2025. Todavia, foram bem encaminhados e em fase de execução os projetos estruturantes, nomeadamente uma nova dessalinizadora de 5.000 m^3/dia, com financiamento concecional de parceiros austríacos (fornecimento já contratualizado), a instalação de painéis solares para suprir parcialmente as necessidades energéticas na produção de água (Nexus energia/água). Na mesma medida, desencadeou-se negociações, através do Governo, para materialização do projeto de saneamento para a Cidade de Sal Rei, incluindo a construção de uma nova ETAR e da rede de esgoto de Sal Rei, que deverá contar com o empréstimo concessional da banca austríaca e com o cofinanciamento do Governo de Cabo Verde.

6.3 GESTÃO DE PESSOAS

Os colaboradores da AEB constituem uma das suas principais forças, sendo decisivos para a constante melhoria dos níveis de desempenho económico e social da empresa.

Assim, a Administração atual, coadjuvada pelo Departamento dos Recursos Humanos (reforçado em 2023), tem vindo a operar um processo de transformação da gestão dos recursos humanos da AEB, passando de uma abordagem meramente administrativa (e.g. processamento de salários e benefícios, controlo de assiduidade), para uma **abordagem estratégica** (e.g. desenvolvimento de competências técnicas e de liderança), que visa obter ganhos a nível da produtividade e da qualidade e ao fomento de um ambiente de trabalho justo, saudável e motivador para os colaboradores.

Por forma a colmatar falhas há muito persistentes, foram desenvolvidos **instrumentos de gestão estratégica de pessoas**, com recurso a assistência técnica especializada foram, a saber:

1. Um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS);

2. Um Guia de Recrutamento e Seleção;
3. Um Manual de Descrição de Funções;
4. Um Modelo de Plano de Formação Profissional; e
5. Um Manual de Avaliação Anual de Desempenho;

Todos eles, instrumentos essenciais para uma gestão de maior rigor e para a melhoria do desempenho global da empresa.

A integração do PCCS iniciou no ano de 2024 tendo sido executado e processado todas as pendências relacionadas com as progressões de carreira e o reenquadramento.

O DRH procurou dar maior dinâmica ao departamento e para tal conseguiu executar as seguintes atividades:

- **Iniciativas PCCS, Promoções/Progressões**
  - ✓ Aumento de subsídio de turno de 10% para 17%;
  - ✓ Implementação do subsídio de piquete com base de incidência de 15%;
  - ✓ Promoção da colaboradora Leidiauta Lima de assistente comercial para técnico superior I;

- **Eventos/Atividades extralaborais**

✓ Dia do Pai – Caminhada Sal Rei a Rabil em homenagem aos pais com uma conversa sobre o tema "o papel do pai na criação e educação dos filhos.

- ✓ Mês de março (Mês da Mulher) – (i) Sessão de autocuidado e bem-estar, (ii) Debate sobre o tema "Mulheres que lideram e inspiram" e uma (iii) campanha de recolha de alimentos entregue ao centro de lar de idosos;
- ✓ Dia Trabalhador – Caminhada Pascone a João Galego com uma conversa aberta sobre "comunicação e clima organizacional";

- ✓ Conversa sobre a implicância do trabalho de turno na saúde dos colaboradores com um especialista da área, partilhado experiências e dicas de prevenção;

- ✓ Sessão de Esclarecimento sobre a Nova Lei do Álcool com especial foco a classe de condutores da AEB;

No que toca a movimentação de pessoal, a AEB registou 8 novas admissões face a 11 saídas, sendo 7 processos de abandono de trabalho, 1 por justa causa no seguimento de um processo disciplinar, 2 rescisões unilaterais e 1 término de mandato do Conselho Fiscal.

Para o ano de 2026 o grande desafio passará pelos seguintes aspetos:

- Publicação oficial do novo PCCS com as correções e adaptações, incluindo regras e normas;

- Implementação do manual de avaliação;

- Executar o plano de formação aprovado;

- Estabelecer e fechar mais protocolos;

- Dar continuidade a aperfeiçoar atividades extras aos trabalhadores

A 31 de dezembro de 2025, o total de funcionários ativos da AEB era de 114 (o mesmo nr que 2024), incluindo os membros dos Órgãos Sociais (os dois Administradores Executivos e o Fiscal Único).

Destes 111 colaboradores, 89 são efetivos permanentes e 22 com contratos a prazo, e encontram-se distribuídos pelas várias unidades orgânicas, conforme se segue:

Número de Colaboradores e Sua Distribuição Orgânica

Unidade Orgânica	Efetivos	Contratados a Prazo	Total
Comissão Executiva/Conselho de Administração	0	2	2
Fiscal Único	0	1	1
Departamento de Água e Saneamento	21	8	29
Departamento de Energia	21	2	23
Departamento Comercial	9	7	16
Departamento de Recursos Humanos	1	0	1
Departamento Administrativo e Financeiro	9	3	12
Gabinete de Organização e Planeamento	1	0	1
Gabinete de Sistemas de Informação	2	0	2
Serviço de Manutenção e Reparação	21	6	27
TOTAL	**85**	**29**	**114**
	74,5%	*25,5%*	*100%*

O quadro de pessoal é composto maioritariamente por homens (85%), e nele predominam colaboradores na faixa etária entre os 26 e os 50 anos de idade.

Em termos de habilitações literárias, verifica-se o seguinte:

Distribuição dos Colaboradores em Função das Suas Habilitações

	Homens	Mulheres	TOTAL	
Ensino Superior	14	6	20	16,6%

Ensino Secundário	32	7	39	34,2%
Ensino Básico	9	1	10	8,7%
Não Definido	43	2	45	40,3%
TOTAL	98	16	114	100%
	86%	14%		

A AEB apresenta um **déficit de quadros qualificados**, tendo em conta as exigências atuais a vários níveis (e.g. técnico, operacional, administrativo), os projetos de investimento em curso, as melhorias organizacionais e os níveis de qualidade e serviço pretendidos pela Administração. A suplantação deste déficit dependerá dos recursos financeiros disponíveis e da remuneração de cargos que a empresa for capaz de oferecer.

Convém sublinhar que as competências necessárias não são facilmente encontradas na Ilha da Boa Vista, conforme anteriormente comprovado pelas dificuldades em contratar um(a) diretor(a) financeiro(a) à altura dos desafios de uma empresa com a dimensão e as exigências da AEB.

Foram realizadas algumas ações formativas importantes durante 2025, as mais relevantes se encontram enumeradas no quadro seguinte.

Ações Formativas Realizadas

	Beneficiários		
Descrição	Homens	Mulheres	Departamentos
Formação de gestão de projetos de saneamento dirigida pela ANAS	0	1	• Deptº Água e Saneamento

Seminário de processo de Dessalinização	1	0	• Deptº Água e Saneamento
Formação da Cegid (Incentea, Primavera) – (i) Fiscalidade (ii) Legislação Laboral	2	1	• DAF + Departamento dos Recursos Humanos e D-Comercial
Wokshop de comunicação e gestão de equipas dirigida as Chefias	6	3	• Todas as Chefias
TOTAL	**9**	**5**	

7 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O **volume de negócios** em 2025, em 1.78 milhões de contos, representando uma diminuição de 7,42% face ao de 2024 (1.92 milhões contos). Constata-se uma diminuição em todos os rácios económicos, comparativamente aos dois últimos anos, 2023 e 2024, o **Valor Acrescentado Bruto**, a Margem **EBITDA** e os **resultados líquidos** (mantendo-se ainda negativo).

Indicadores Económicos (mECV)

	2025	2024	2023
Volume de Negócios	1 777 849	1 920 336	1 808 976
Valor Acrescentado Bruto	237 292	296 326	256 631
EBITDA	48 204	116 194	99 210
Resultado Líquido	(315 181)	(270 900)	(316 907)

Isto deveu-se, essencialmente a um *decréscimo* do **volume de vendas e de prestação de serviços** e outros aumentos verificados com Fornecimentos e Serviços externos e gastos similares.

De igual modo, **os gastos com mercadorias consumidas** tiveram uma redução de 7.5%, comparativamente ao ano de 2024.

Os **gastos com o pessoal** diminuíram, de 149.544 mECV para 144.248 mECV, devido às saídas e abandonos dos colaboradores verificados em 2025.

A análise dos outros rácios económicos constam do quadro a seguir:

Rácios económicos

	2025	2024	2023
Rotação do Ativo	0,65	0,61	0,57
Margem EBITDA	4%	6%	5%
Margem Líquida	-18%	-14%	-18%
Rentabilidade Operacional do Ativo	-6%	-3%	-4%
Rentabilidade do Ativo	-11%	-9%	-10%
Rentabilidade do Capital Próprio	-13,4%	-13,3%	-18%

EPode-se verificar que em 2025 houve uma redução de todos os rácios, com exceção do rácio da rotação do ativo (*cuja melhoria se deveu à redução do valor do ativo, por causa das depreciações e das perdas por imparidades*), o que demonstra uma ligeira deterioração da situação económica da Empresa comparativamente ao ano de 2024.

A **rentabilidade do ativo** em 2025 apresentou redução face a 2024, passando de (-9%) para (- 11%). Isto significa, que em 2025, para cada 100$00 investido no ativo há uma perda de 11$00, enquanto em 2024 para cada 100$00 investido havia uma perda de 9$00.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Execução Orçamental	
Vendas	91%
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	86%
Fornecimentos e Serviços Externos	118%
Gastos com o Pessoal	99%
Outros Gastos e Perdas	104%
Gastos de Depreciação e Amortização	91%
Juros e Gastos Similares	89%
Resultado Líquido	142%

Em relação à execução orçamental, há que realçar o seguinte:

1. O **volume de negócios** realizado atingiu 91% do valor orçamentado, não obstante os riscos identificados quanto à evolução futura deste indicador.
2. A crescente tendência para a autoprodução por parte dos grandes clientes atuais (e.g., CABOTEL/RIU, EMICELA) ou potenciais da AEB (Tarafo Bay), afetaram significativamente os negócios da empresa no setor, que hoje representa 70% do volume de negócios.
3. O desvio na rúbrica "**Gastos com o Pessoal**" teve a ver com saídas de colaboradores.
4. O desvio na rúbrica "**Juros e Gastos Similares**" decorreu da reestruturação de créditos, em curso desde 2023.

5. O prejuízo verificado em 2025 foi superior ao valor orçamentado em 42%, devido à diminuição do volume de vendas e ao reconhecimento de perdas por imparidade verificadas em investimentos em curso, no valor de 28 229 contos, não previsto no orçamento.

Em termos de **demonstração de resultados** e suas variações a situação é a seguinte:

RUBRICAS	Notas	PERÍODO 2025	PERÍODO 2024
		Valores	
Vendas e serviços prestados	16	1 777 849	1 920 336
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	5	(934 425)	(1 009 711)
Resultado operacional bruto		**843 424**	**910 625**
Fornecimentos e serviços externos	17	(606 132)	(614 299)
Valor acrescentado bruto		**237 292**	**296 326**
Gastos com o pessoal	18	(144 248)	(149 544)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	(22 842)	(35 128)
Provisões (aumentos/reduções)		255	-
Outros rendimentos e ganhos	19	30 554	30 321
Outros gastos e perdas	20	(24 577)	(25 780)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**76 433**	**116 194**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	21	(206 154)	(218 098)
Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		(28 229)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(157 950)**	**(101 903)**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	22	(157 211)	(168 969)
Resultado antes de impostos		**(315 162)**	**(270 873)**
Impostos sobre o rendimento do período		(19)	(27)
Resultado líquido do período		**(315 181)**	**(270 900)**

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira continua sendo extremamente delicada, tanto em termos de liquidez, como em termos de sustentabilidade. Houve uma diminuição de todos os rácios financeiros em 2025, comparativamente aos anos de 2024 e 2023, demonstrando a degradação da situação financeira de Empresa em 2025, tendo o endividamento da empresa aumentado 21 pontos percentuais, chegando a 186%.

Em 2025, a empresa conseguiu dar cobertura a apenas 31% das suas obrigações correntes - **rácio de liquidez geral** – (em 2024, foi 41%), e nem conseguiu financiar os seus ativos com o seu capital próprio.

A **autonomia financeira** é negativa, e a sua deterioração, de -65% em 2023, para -86% em 2025, reflete a deterioração do capital próprio, que atingiu 2,35 milhões de contos no último exercício (cerca de 1,8 milhões de contos em 2023 e 2,03 milhões de contos em 2024).

Rácios financeiros

	2025	2024	2023
Liquidez Geral	0,31	0,41	0,36
Liquidez Imediata	0,01	0,03	0,01
Solvabilidade	-0,46	-0,39	-0,36
Autonomia Financeira	-86%	-65%	-55%
Endividamento	186%	165%	155%
Composição do Endividamento	65%	60%	64%

Houve ligeira melhoria em alguns rácios, e os outros rácios financeiros sofreram deterioração. Não poderia ser de outra forma, considerando a acumulação de prejuízos desde o início da pandemia do COVID-19, sem a mínima cobertura por parte dos acionistas, e o significativo aumento do endividamento imposto pelo défice de tesouraria e o reforço da capacidade de produção.

O **endividamento** da empresa aumentou 21 pontos percentuais, chegando a 186%.

A **composição do endividamento** continuou a pender para a dívida de curto prazo, passando esta de 60% do passivo em 2024 para 65% do passivo em 2025, alterando a trajetória de melhoria verificada no ano de 2023 para 2024.

8 RISCOS E INCERTEZAS

O capital próprio altamente negativo, em resultado essencialmente dos prejuízos acumulados a partir do início da pandemia do COVID-19, e a reestruturação do setor elétrico nacional acarretam riscos significativos para a AEB.

A perda do capital social pôs a empresa em situação de incumprimento do disposto no Código das Sociedades Comerciais (CSC) e expõe a empresa ao risco dos seus maiores credores solicitarem a liquidação da empresa, na tentativa de minimamente salvaguardarem os seus créditos.

Uma eventual perda do negócio da energia (atualmente cerca de 70% do seu volume de negócios), sem se libertar a empresa do seu elevado passivo porá seguramente em causa a sua continuidade nos negócios da água e saneamento, na medida em que estes negócios não bastariam para suportar o passivo existente, maioritariamente relacionado com o negócio da energia.

Reforça-se, então, o apelo feito na Mensagem do Conselho de Administração do presente relatório, para o maior engajamento dos acionistas na reposição do capital próprio, pela via de prestações suplementares ou medidas de saneamento financeiro, ou ainda pela via de transferência em espécies, matérias que ultrapassam as competências da Administração, não obstante ter esta já apresentado propostas e soluções a respeito, à atenção dos acionistas, que ficaram por ser analisadas mas cujos respostas tardam em chegar. O modelo de recurso sistemático à dívida está obviamente esgotado.

Perspetiva-se a entrada em espécie por parte da acionista maioritário SDTIBM, mediante a modalidade de aumento de capital. A avaliação desses ativos foi realizada por um auditor independente e aceite pela SDTIBM, aguardando a devida articulação dom o acionista Estado para a efetivação dessa entrada.

As medidas com vista ao alívio da tesouraria da empresa estão em curso. Neste contexto, foram criadas todas as condições de financiamento para se proceder à antecipação das prestações do contrato de leasing (de dois geradores Hyndai 3,4 Mw) com a GENS/JECO, cujo objetivo é reduzir significativamente os encargos mensais com esta operação, passando a AEB a gerir valores bem menores do serviço da dívida somente com a Banca. Com o mesmo propósito, em consequência, desencadeou-se o processo negocial

com a fornecedora/Parceira JECO-ENERGIES, tendo em vista a redução dos custos operacionais associados não só ao contrato de O&M-*Operação e Manutenção* dos dois grupos Hyundai, como também aos contratos de aluguer de potencia adicional ainda em vigor.

O Estado, em articulação com a ARME, através de um ofício homologado pelo Governo, assumiu o compromisso de introduzir um mecanismo financeiro (com base jurídica e regulatória) que permite a AEB ser compensada, mediante a recuperação do diferencial acumulado referente aos custos extraordinários não refletidos nas tarifas de eletricidade da AEB, estimado em 290.265.575 CVE. Este processo está em vias de se concretizar.

A elaboração, em curso, do projeto técnico do Parque Fotovoltaico de 5 MW de potência, irá permitir a AEB nos próximos 12 meses consolidar a sua posição como produtora de energia na Boavista e diversificar o negócio nessa componente renovável/fotovoltaica. Esta instalação está sendo executada em parceria coma JECO-ENERGIES.

A entrada em operação da nova dessalinizadora em Lacacão irá permitir a AEB expandir o seu serviço de fornecimento de água aos dois novos povoadas que serão conectados à rede pública (Estância de Baixo e Bofareira), da mesma forma que estará a garantir água potável em quantidade e qualidade suficientes a todos grandes clientes da ZDTI (Zona de desenvolvimento Turístico Integrado) de Chaves, de entre eles o novo Resort-TUI ROBINSON que será inaugurado em março de 2027. Este mesmo sistema de produção e distribuição de água dessalinizada continuará a abastecer a ZDTI de Santa Mónica que inclui um dos maiores estabelecimentos hoteleiros do GRUPO RIU, Hotel TOUAREG.

A cidade de Sal Rei irá dispor, nos próximos meses, de uma rede de saneamento moderna e de uma Nova ETAR (Estação de tratamento de Águas Residuais) com a capacidade inicial de tratamento de 2.500 m3/dia, de água residual tratada para a reutilização. As obras estão em curso e a AEB é a entidade que irá gerir mais este negócio, cumprindo com que se prevê no seu plano de negócios.

9 OUTRAS DIVULGAÇÕES REQUERIDAS

Dando cumprimento ao Código das Sociedades Comerciais, as seguintes informações complementares constam do anexo às demonstrações financeiras: (i) número e valor nominal das ações, (ii) saldos e transações com partes relacionadas e informações sobre remuneração dos auditores e membros dos órgãos sociais e (iii) a exposição da Empresa aos riscos financeiros como riscos de crédito, liquidez, taxa de juro e cambial e (iv) e eventos subsequentes à data do balanço, nas Notas 11, 25, 1.15 e 29, respetivamente.

10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2025, a AEB obteve um resultado líquido negativo de **315 181 mil contos** (*quando em 2024 foi de 270,9 mil contos, negativos*). O Conselho de Administração propõe que o montante dos resultados obtidos seja levado, na sua totalidade, a Resultados Transitados.

11 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

AEB, S.A. – ÁGUAS E ENERGIA DA BOAVISTA

NIF: 253978343

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos - mECV)

Rubricas	Notas	Data de referência	
		31/12/2025	31/12/2024
		Valores	Valores
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos tangiveis	3		
Terrenos e recursos naturais		146 880	146 880
Edificios e outras construções		640 334	698 080
Equipamento básico		796 343	841 416
Equipamento de transporte		4 165	5 516
Equipamento administrativo		6 539	6 517
Outros ativos fixos tangíveis		2 420	2 501
Ativos fixos tangíveis em curso		43 467	101 740
Ativos intangiveis	4		
Programas de computador		1 399	2 106
Infraestruturas concessionadas		91 383	79 438
Ativos intangíveis em curso		-	1 796
Total do ativo não corrente		**1 732 931**	**1 885 990**
Ativo corrente			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5	172 139	189 497
Clientes	6	743 114	753 636
Adiantamentos a fornecedores	7	29 524	23 552
Estados e Outros Entes Públicos	8	-	82 524
Outras contas a receber	9	42 195	125 623
Diferimentos	15	3 005	3 196
Caixa e depósitos bancários	10	25 420	79 432
Total do ativo corrente		**1 015 396**	**1 257 461**
Total do Ativo		**2 748 327**	**3 143 450**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio	11		
Capital Social		480 000	480 000
Resultados transitados		(2 518 602)	(2 247 701)
Resultado líquido do período		(315 181)	(270 900)
Total do capital próprio		**(2 353 782)**	**(2 038 601)**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	1 781 922	2 091 811
Estado e Outros Entes Públicos	8	21 277	-
Total do passivo não corrente		**1 803 199**	**2 091 811**
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1 917 255	1 799 882
Adiantamentos de clientes	6	25 101	23 679
Financiamentos obtidos	12	554 754	471 648
Estado e Outros Entes Públicos	8	339 395	422 154
Outras contas a pagar	14	385 441	350 306
Diferimentos	15	76 964	22 572
Total do passivo corrente		**3 298 910**	**3 090 241**
Total do Passivo		**5 102 109**	**5 182 052**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**2 748 327**	**3 143 450**

O Contabilista Certificado

João Augusto Barros de Pina

O Conselho de Administração

Hércules Jorge Vieira – Presidente CA

Pl'a Direção dos Serviços de Contabilidade

Margarida do Rosário

Rui Nobre Leite Cardoso Santos
Administrador Executivo

DEMONSTRACAO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

AEB S A – AGUAS E ENERGIA DA BOAVISTA

NIF 253978343

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos mECV)

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
		Valores	
Vendas e serviços prestados	16	1 777 849	1 920 336
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	5	(934 425)	(1 009 711)
Resultado operacional bruto		**843 424**	**910 625**
Fornecimentos e serviços externos	17	(606 132)	(614 299)
Valor acrescentado bruto		**237 292**	**296 326**
Gastos com o pessoal	18	(144 248)	(149 544)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	(22 842)	(35 128)
Provisões (aumentos/reduções)		255	-
Outros rendimentos e ganhos	19	30 554	30 321
Outros gastos e perdas	20	(24 577)	(25 780)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**76 433**	**116 194**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	21	(206 154)	(218 098)
Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		(28 229)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(157 950)**	**(101 903)**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	22	(157 211)	(168 969)
Resultado antes de impostos		**(315 162)**	**(270 873)**
Impostos sobre o rendimento do período		(19)	(27)
Resultado líquido do período		**(315 181)**	**(270 900)**

O Contabilista Certificado

João Augusto Barros de Pina

O Conselho de Administração

Hércules Jorge Vieira

Presidente

P/ A Direção dos Serviços de Contabilidade

Margarida do Rosário

Rui Nobre Leite Cardoso Santos

Administrador Executivo

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

AEB, S.A. – ÁGUAS E ENERGIA DA BOAVISTA
NIF: 253978343

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDOS ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2025 E DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos, mECV)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital próprio atribuido aos detentores do capital				
			Capital realizado	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO 2024	1		480 000		(1 930 794)	(316 907)	(1 767 701)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período						(270 900)	(270 900)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	(270 900)	(270 900)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
	3		-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação de resultado de exercício anterior			-	-	(316 907)	316 907	-
	4		-	-	(316 907)	316 907	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	1+2+3+4		480 000	-	(2 247 701)	(270 900)	(2 038 601)
POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO 2025	1		480 000	-	(2 247 701)	(270 900)	(2 038 601)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO							
Resultado líquido do período			-	-	-	(315 181)	(315 181)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	(315 181)	(315 181)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
	3		-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação de resultados do exercício anterior			-	-	(270 900)	270 900	-
	4		-	-	(270 900)	270 900	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	1+2+3+4	11	480 000	-	(2 518 601)	(315 181)	(2 353 782)

O Contabilista Certificado

João Augusto Barros de Pina

O Conselho de Administração

Hércules Jorge Vieira
Presidente

P/ a Direção dos Serviços de Contabilidade

Margarida do Rosário

Rui Nobre Leite Cardoso Santos
Administrador Executivo

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

AEB, S.A. – ÁGUAS E ENERGIA DA BOAVISTA
NIF: 253978343

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos, mECV)

RUBRICAS	Notas	PERÍODO 2025 Valores	PERÍODO 2024 Valores
Método Direto			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		1 858 259	1 964 483
Pagamentos a Fornecedores		(1 557 614)	(1 770 046)
Pagamentos ao Pessoal		(142 012)	(150 241)
Caixa geradas pelas operações		158 634	44 196
Outros recebimentos/pagamentos	10	93 565	86 468
Fluxos das atividades operacionais (1)		**252 199**	**130 664**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Fluxos das atividades de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		156 145	330 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(319 158)	(252 343)
Juros e gastos similares		(143 199)	(153 083)
Fluxos de atividades de financiamento (3)		**(306 212)**	**(75 426)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		**(54 012)**	**55 238**
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		**79 432**	**24 194**
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	10	**25 420**	**79 432**

O Contabilista Certificado

João Augusto Barros de Pina

O Conselho de Administração

Hércules Jorge Vieira
Presidente

P/a Direção dos Serviços de Contabilidade

Margarida do Rosário

Rui Nobre Leite Cardoso Santos
Administrador Executivo

12 ANEXO ÀS CONTAS

INTRODUÇÃO

A Águas e Energia da Boavista, S.A. (adiante designada por AEB ou Empresa) foi constituída em 2008 na sequência do desenvolvimento do turismo esperado para a ilha da Boa Vista.

A AEB é a empresa produtora e distribuidora de água e energia na ilha de Boa Vista, conforme o contrato de subconcessão celebrado para um período de 30 anos, em 9 de setembro de 2010 (Portaria n.º 27/2010).

As atividades da AEB estão atualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica e água potável, incluindo o fornecimento de água potável ao domicílio, recolha, tratamento, saneamento e depuração de águas residuais, assim como reciclagem e reutilização de águas depuradas para outros fins distintos ao do consumo humano.

ATIVIDADE NO SECTOR de ENERGIA E ÁGUA EM CABO VERDE

As bases da organização e funcionamento do sistema de eletricidade nacional, bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição, comercialização de eletricidade, operação logística de mudança de produtores de eletricidade, estão estabelecidas no Decreto-Lei n.º 14/2006, de 20 de fevereiro.

PRODUÇÃO

A produção baseia-se principalmente na utilização de fuel e gasóleo, complementada com a compra de energia eólica produzida pela CABEÓLICA.

Os ativos fixos tangíveis de produção a fuel e gasóleo pertencem à AEB e/ou são arrendados em regime de locação financeira e/ou operacional.

DISTRIBUIÇÃO

A AEB presta os serviços relativos ao transporte e distribuição de água na Boa Vista ao abrigo do Contrato de Subconcessão celebrado com a ELECTRA, SARL em setembro de 2010, cujas cláusulas principais se resumem como segue:

(i) Transferência para a subconcessionária AEB os direitos e obrigações de que é titular a Concessionária (ELECTRA SARL) relativamente ao transporte e distribuição de energia e de água na ilha da Boa Vista, conforme o Contrato geral de Concessão de Transporte e Distribuição de Energia Elétrica e Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais para reutilização, celebrado entre o Estado de Cabo Verde e a Empresa de Eletricidade e Água- ELECTRA SARL, no dia 24 de maio de 2002.

(ii) Prazo de concessão é fixado até 2038, o mesmo prazo da Concessão assinada entre o Estado e a Electra.

(iii) A subconcessão é exercida em regime de serviço público, sendo as suas atividades consideradas, para todos os efeitos, de utilidade pública.

(iv) A renda anual da concessão é fixada em 0,1% das receitas de exploração do exercício anterior, provenientes de todos os serviços objeto da Subconcessão.

(v) A taxa de regulação é fixada em 0,75% das receitas de exploração do exercício anterior, provenientes de todos os serviços objeto da Subconcessão.

(vi) É da responsabilidade da Subconcessionária a manutenção do sistema de transporte e distribuição de eletricidade e água em bom estado de conservação e em boas condições de utilização, operacionalidade e segurança, bem como a realização de todos os trabalhos necessários para que o referido sistema satisfaça cabal e permanentemente o fim a que se destina.

(vii) A Subconcessionária é ainda responsável pela manutenção, em bom estado de conservação e funcionamento, dos equipamentos que integram a Concessão, sem prejuízo do abate de equipamento por esgotamento ou obsolescência técnica.

(viii) A subconcessionária é obrigada a elaborar um inventário dos bens afetos à subconcessão e mantê-lo atualizado e à disposição do Estado e da Concessionária. Devem ser mencionados os ónus e encargos que recaem sobre esses bens.

(ix) A subconcessionária deve, durante o prazo de vigência da Subconcessão, manter, a expensas suas, em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens e meios a ela afetos, efetuando para tanto as manutenções, reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço subconcessionado.

(x) Com a extinção da Subconcessão, os bens a ela afetos revertem para a concessionária, mediante o prévio pagamento à Subconcessionária do montante correspondente, na data da reversão, ao valor líquido contabilístico de cada bem objeto da reversão.

(xi) Realização de investimentos de acordo com o Programa de Investimentos anexo ao Contrato de Subconcessão, podendo o mesmo ser revisto pela subconcessionária mediante parecer da entidade reguladora do setor e sujeito à aprovação da concessionária, ouvido o concedente.

(xii) Em caso do incumprimento grave, imputável à Subconcessionária, das obrigações emergentes do presente contrato de Subconcessão, pode a Concessionária, por sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento das atividades e exploração dos serviços objeto do Contrato de Subconcessão.

(xiii) A subconcessão extingue-se por decurso do prazo convencionado, por acordo entre o subconcedente e a subconcessionária, por rescisão, por resgate e por caducidade, carecendo a rescisão por iniciativa da Concessionária e o resgate de autorização prévia do Concedente.

As tarifas deverão ser atualizadas semestralmente pela ARME – Agência de Regulação Multissectorial da Economia com base na variação dos custos de produção e de combustíveis.

NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o **SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro**, em vigor em Cabo Verde, que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 5/2008, de 04 de fevereiro, publicado no B.O. n.º 48, I Série, de 29 de dezembro de 2008, e que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 22 de maio de 2026.

A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mECV).

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo. As mesmas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

1.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Na avaliação efetuada foi tomada em consideração que em 31 de dezembro 2025, os passivos exigíveis a curto prazo excedem os ativos correntes em cerca de 2 300 000 mECV, assim com o facto de a Empresa apresentar no exercício e em exercícios anteriores perdas relevantes. O Conselho de Administração considerou que a Empresa se encontra em fase de implementação de reestruturação da sua atividade e execução do plano de negócios estimado pelo órgão de gestão para o período 2017-2026. Estas atividades incluem: (i) renegociação da maturidade de passivos financeiros; (ii) investimentos relevantes para aumento da capacidade de produção da Entidade, com maior eficiência; (iii) execução de novos contratos já garantidos com novos clientes relevantes; (iv) aumento de atividade em resultado de novos investimentos hoteleiros já confirmados para a ilha da Boavista; (v) obtenção de financiamentos bancários, com aval do Estado, para a execução dos investimentos previstos, com maturidade adequada face à capacidade esperada daqueles investimentos em gerarem fluxos de caixa; e (vi) evolução dos preços estimados de venda para energia e água, considerando a efetiva implementação do mecanismo de apuramento tarifário. Entende-se que o conjunto destas medidas permitem assegurar o pagamento atempado dos passivos correntes, pelo que o Conselho de Administração da AEB considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Não obstante, o apoio do acionista Estado revela se imprescindível para assegurar a continuidade da atividade da Empresa.

As demonstrações financeiras da AEB, S.A., agora apresentadas, refletem os resultados das operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNCRF, exige que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contabilísticas, bem como o reconhecimento e a mensuração dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As matérias que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou, para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 1.17.

As principais políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição (no qual se inclui os gastos de transporte e montagem) incorridos até à entrada em funcionamento do ativo, deduzido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis, exceto os terrenos que não são depreciados, são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, tendo por base a vida útil estimada dos respetivos ativos. Os equipamentos básicos de produção são depreciados pelo método das unidades de produção que resulta numa depreciação baseada no uso ou produção esperados.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios	3% a 10%
Equipamento de Transporte	14,28% e 20%
Equipamento Básico	4% a 20%
Equipamento Administrativo	8,33% a 25%

1.3. Ativos fixos tangíveis em regime de locação

Os ativos tangíveis adquiridos em regime de locação operacional - parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador - e respetivas responsabilidades não são registados no balanço. Os pagamentos efetuados são registados na demonstração dos resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades perante o fornecedor, são registados nas rubricas de Ativos fixos tangíveis e de Financiamentos obtidos. A componente de renda anual respeitante à amortização do capital é deduzida ao valor da dívida originalmente registada e a parcela

respeitante a juros é imputada à demonstração dos resultados. A depreciação do ativo, calculada conforme descrito em 1.2 acima, é igualmente registada como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeita.

1.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem as infraestruturas da concessão e os direitos e propriedades (licenças e software de gestão).

As amortizações dos direitos de propriedade são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

1.5. Imparidade de ativos

Os ativos sujeitos a depreciações e amortizações são revistos, quanto à imparidade, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.6. Inventários

Os inventários são constituídos essencialmente por peças de reserva para os equipamentos, materiais diversos e combustíveis. O custo de aquisição das matérias-primas, subsidiárias e de consumo inclui o preço da fatura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra. A água potável em depósitos no final do exercício não é objeto de contabilização, não sendo, contudo, o seu valor significativo.

As saídas de armazém (consumos) são mensuradas ao custo médio ponderado.

Os ajustamentos em inventários são calculados por referência a critérios de avaliação técnico-comercial (ver Nota 5).

1.7. Contas a receber de Clientes e Outros devedores

Os saldos de "clientes" e "outras contas a receber" são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal (custo histórico) ou, caso aplicável, pelo valor descontado, sendo apresentados nas demonstrações financeiras deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, ou utilizadas caso a dívida se revele incobrável.

A AEB considera que a qualidade de crédito destes valores a receber é adequada e as perdas por imparidade reconhecidas refletem adequadamente o risco de realização daqueles ativos financeiros.

1.8. Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos no passivo, inicialmente, ao valor nominal ou ao justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos quando incorridos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados como gastos na demonstração dos resultados. Os empréstimos são registados pelo valor líquido dos gastos de operação, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AEB possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os juros resultantes de empréstimos obtidos são capitalizados como parte de custo dos ativos diretamente relacionados. Caso contrário, são reconhecidos como gastos do período de acordo com o regime do acréscimo.

1.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros investimentos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor, bem como eventuais descobertos bancários que, a existirem, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos.

1.10. Responsabilidades assumidas com o pessoal

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, gasto este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. A AEB reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem os gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício, bem como os correspondentes subsídios de férias. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica de Outras contas a pagar.

Os trabalhadores encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.11. Conversão cambial – transações e saldos

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais diferenças apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidas nos resultados.

1.12. Reconhecimento de gastos e réditos

Os gastos e os réditos são registados no período a que se referem independentemente dos seus pagamentos ou recebimentos, de acordo com o regime do acréscimo.

O rédito compreende os valores faturados na venda de eletricidade e água ou prestação de serviços, líquido de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação de vendas de eletricidade e água é efetuada numa base mensal. As faturas mensais são baseadas em contagens reais de consumo e/ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas (regularizadas) nos períodos subsequentes.

A comercialização de energia e água é realizada no mercado regulado. O mecanismo definido pela ARME estabelece as condições tarifárias e os critérios de alocação de determinados gastos e rendimentos são sujeitos a ajustamentos periódicos, em cada 6 meses, em função da variação dos preços dos combustíveis fósseis em relação aos preços de referência assumidos na determinação do parâmetro base de cada ano do período tarifário.

Os possíveis desvios tarifários ativos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de eletricidade e água aos clientes em períodos subsequentes. Os desvios tarifários são unicamente reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, caso a sua mensuração seja fiável e, caso sejam valores ativos, a sua recuperação afigure-se como virtualmente certa.

Incentivos à eficiência na base tarifária

Nos termos do mecanismo tarifário, a ARME deverá fixar anualmente as percentagens de perdas técnicas, comerciais e consumo específico eficiente de combustível de cada Central.

Considerando que a ARME não fixou os limites para as perdas acima mencionadas, o que implica certamente um direito incondicional por parte dos operadores do setor da eletricidade, a AEB não reconheceu este direito neste exercício e nos exercícios anteriores. Porém, este direito poderá ser recuperado no âmbito da revisão tarifário dos 5 anos a ser discutida no futuro próximo.

1.13. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 21% (2024: 21%). A partir do exercício de 2024, os prejuízos fiscais deixaram de ter um limite temporal de reporte após a sua ocorrência (antes eram reportáveis durante um período de 7 anos), sendo suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados em exercícios posteriores, embora sujeitos ao máximo de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2021 a 2025 podem vir a ser corrigidos, sendo, no entanto, convicção da Administração que em caso de fiscalização não surgirão correções significativas.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Os impostos diferidos são classificados como não corrente.

1.14. Provisões

São constituídas provisões sempre que a AEB identifica uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulta de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos serão necessários para liquidar a obrigação.

1.15. Gestão de riscos financeiros

A exposição da AEB a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro no mercado nacional e risco de liquidez.

(i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as operações com entidades estrangeiras.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Empresa sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não são contratados instrumentos de fixação das taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes, não se considera existir concentração de risco de crédito. O risco de crédito mais significativo relaciona-se com vendas efetuadas aos hotéis e ao sector público, estas últimas, associadas nomeadamente aos serviços de iluminação pública à Câmara Municipal da Boa Vista.

(iv) Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos apresenta-se da seguinte forma:

	2025	2024
Ativo corrente	810 729	1 041 215
Passivo corrente	(3 196 845)	(3 044 655)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	252 199	130 664
	(2 133 917)	**(1 872 775)**

O ativo corrente encontra-se deduzido dos Inventários destinados ao consumo (ver Nota 5), dos Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 7) e dos Diferimentos. O Passivo corrente encontra-se deduzido dos Diferimentos (ver Nota 15) e dos Adiantamentos de clientes (ver Nota 6).

A AEB tem recorrido a créditos bancários de curto prazo para suprir as suas necessidades de liquidez. Adicionalmente, tem adiado pagamentos a terceiros, principalmente ao setor público.

1.16. Risco no sector de energia e água

No âmbito da sua atuação na produção de energia e água, a Empresa está sujeita a risco de negócio provocado pelo licenciamento de autoprodução de energia e água aos produtores independentes, em particular às unidades hoteleiras sedeadas na Ilha da Boa Vista. A atividade de gestão de energia e água está sujeita a um conjunto de variáveis que são identificadas e classificadas em função das suas características de incerteza, nomeadamente, as relacionadas

com evolução dos preços de combustíveis, o programa de investimento acordado com a Concessionaria de forma garantir a sustentabilidade do sistema e por conseguinte a política tarifária a ser implementada dentro de um período acordado.

1.17. Estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas respeitam às perdas de imparidade em contas a receber, inventários, vida útil e imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis

NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados no ativo fixo tangível é apresentado no quadro seguinte (mECV):

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamentos de transporte	Equipamentos administrativos	Outros ativos fixos	Investimentos em curso	Total
Posição em 1 de janeiro de 2024								
Custo de aquisição	146 880	1 391 348	3 092 767	76 833	33 682	2 704	130 687	4 874 900
Depreciações acumuladas	-	(630 739)	(2 121 293)	(68 808)	(25 910)	(122)	-	(2 846 872)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	(63 193)	(63 193)
Valor líquido	**146 880**	**760 609**	**971 474**	**8 024**	**7 773**	**2 582**	**67 494**	**1 964 835**
Variações em 2024								
Aquisição/construção	-	-	3 175	-	874	-	34 246	38 296
Depreciação do exercício (Nota 21)	-	(62 528)	(133 233)	(2 509)	(2 130)	(81)	-	(200 481)
Valor líquido	**146 880**	**698 080**	**841 416**	**5 516**	**6 517**	**2 501**	**101 740**	**1 802 649**
Posição em 31 de dezembro de 2024								
Custo de aquisição	146 880	1 391 348	3 095 942	76 833	34 556	2 704	164 933	4 913 195
Depreciações acumuladas	-	(693 267)	(2 254 526)	(71 317)	(28 039)	(203)	-	(3 047 352)
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	(63 193)	(63 193)
Valor líquido	**146 880**	**698 080**	**841 416**	**5 516**	**6 517**	**2 501**	**101 740**	**1 802 649**
Posição em 1 de janeiro de 2025								
Custo de aquisição	146 880	1 391 348	3 095 942	76 833	34 556	2 704	164 933	4 913 195
Depreciações acumuladas	-	(693 267)	(2 254 526)	(71 317)	(28 039)	(203)	-	(3 047 352)
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	(63 193)	(63 193)
Valor líquido	**146 880**	**698 080**	**841 416**	**5 516**	**6 517**	**2 501**	**101 740**	**1 802 649**
Variações em 2025								
Aquisição	-	-	57 531	-	2 366	-	19 554	79 452
Transferências	-	4 863	19 720	-	-	-	(24 584)	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	(25 015)	(25 015)
Depreciação do exercício (Nota 21)	-	(62 609)	(122 324)	(1 349)	(2 345)	(81)	-	(188 709)
Perda por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	28 229	-
Valor líquido	**146 880**	**640 334**	**796 343**	**4 167**	**6 538**	**2 420**	**71 696**	**1 668 377**
Posição em 31 de dezembro de 2025								
Custo de aquisição	146 880	1 396 211	3 173 194	76 833	36 922	2 704	134 889	4 967 632
Depreciações acumuladas	-	(755 877)	(2 376 851)	(72 667)	(30 383)	(284)	-	(3 236 061)
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	(91 422)	(91 422)
Valor líquido	**146 880**	**640 334**	**796 343**	**4 165**	**6 539**	**2 420**	**43 467**	**1 640 149**

As aquisições em equipamento básico incluem, essencialmente, 54 764 mECV referentes aos painéis solares para o sistema fotovoltaico de produção de energia, doados pela Cooperação Luxemburguesa, a Lux-Dev.

O saldo da rubrica de "Investimentos em curso" decompõe-se como segue

	mECV	
	2025	**2024**
Adiantamento para aquisição de gerador	63 193	63 193
Projeto UNIHA	25 209	16 599
Obra civil de etar 2.2500 m3	9 729	9 729
Depósito Bofareira	9 549	9 549
Rede Bofareira – Vala	8 962	8 962
Projeto Norte 2ª fase - Construção de reservatório	8 181	-
Rede de água Bofareira- Poço de bombagem	4 876	4 876
Obra Nave Industrial –Wartsilla 3	4 842	4 842
Obra rede de água Bom Sossego	-	21 832
Motor para gerador Mitsubishi Modelo S16 R-PTA2	-	17 642
Obra Nave Industrial	-	4 863
Extensão de redes	-	2 188
Outros investimentos em curso	347	656
	134 889	164 933
Perdas por imparidade acumuladas	(91 422)	(63 193)
Valor total líquido	43 467	101 740

A transferência de 19 720 mECV refere-se a um motor Mitsubishi modelo S16 para um Gerador Mitsubishi.

No exercício de 2025, foi reconhecida uma perda por imparidade de investimentos em curso, no valor de 28 229 mECV).

A rubrica de Equipamento básico inclui dois geradores de eletricidade, com custo de aquisição de 328 207 mECV cada, adquiridos em regime de locação financeira (ver Notas 1.3 e 17).

Conforme se refere na Nota 12, os seguintes bens encontram-se **penhorados, como garantia dos financiamentos obtidos**, cujos valores líquidos contabilísticos em 31 de dezembro de 2025 resumem-se como se segue:

	mECV
Terreno Parcela Chave	120 000
Terreno Lacação	26 880
Geradores Wartsila 1 e 2	150 287
Geradores Mitsubich (quatro)	28 003
Geradores Perkins (dois)	25 967
Gerador Caterpilar	5 040
Dessanalizadoras (dois)	9 058
Prédio urbano	19 547
Veículo Automóvel Mitssubshi ST 77 VN	2 363
Total	**387 145**

NOTA 4 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Ativos intangíveis" é apresentado no quadro seguinte (em mECV):

	Programas de Computador	Infraestruturas concessionadas	Ativos intangíveis em curso	Total
Posição a 1 de janeiro de 2024				
Custo de aquisição	15 541	149 446	342	165 329
Amortizações acumuladas	(13 984)	(54 182)	-	(68 166)
Valor líquido	**1 556**	**95 265**	**342**	**97 163**
Movimentos em 2024				
Adições	1 415	926	1 455	3 795
Amortização - exercício (Nota 21)	(865)	(16 752)	-	(17 617)
Valor líquido	**2 822**	**79 438**	**1 081**	**83 342**
Posição a 31 de dezembro de 2024				
Custo de aquisição	16 955	150 372	1 796	169 123
Amortizações acumuladas	(14 849)	(70 934)	-	(85 783)
Valor líquido	**2 106**	**79 438**	**1 796**	**83 340**
Movimentos em 2025				
Adições	336	1 536	-	1 873
Transferências	-	1 796	(1 796)	-
Reclassificações (ver Nota 3)	-	25 015	-	25 015
Amortização - exercício (Nota 21)	(1 044)	(16 402)	-	(17 446)
Valor líquido	**1 399**	**91 383**	**(0)**	**92 782**
Posição a 31 de dezembro de 2025				
Custo de aquisição	17 292	178 719	(0)	196 010
Amortizações acumuladas	(15 892)	(87 336)	-	(103 228)
Valor líquido	**1 399**	**91 383**	**0**	**92 783**

NOTA 5 – INVENTÁRIOS E GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Os inventários, constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo, incluem (a) o *fuel* utilizado nas centrais de produção de eletricidade e (b) consumíveis para utilização na produção, distribuição e comercialização de energia e água, nos montantes de 19 444 mECV e 152 695 mECV (2024: 27 461 mECV e 162 036 mECV), respetivamente.

Os inventários não foram objeto de testes por imparidade.

O detalhe do valor escriturado na rubrica "Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas" é apresentado no quadro seguinte:

	Materias primas subsidiarias e de consumo	
	2025	**2024**
Saldo inicial	189 497	189 234
Compras	919 329	1 009 711
Regularização de Inventários	(2 263)	263
Saldo final	(172 139)	(189 497)
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	**934 425**	**1 009 711**

As compras compreendem, essencialmente, (i) 768 556 mECV (2024: 877 964 mECV) referentes a combustíveis, (ii) 132 007 mECV (2024: 111 583 mECV) relativos à energia elétrica produzida pela Cabeólica, e (iii) 18 767 mECV (2024: 20 164 mECV) de consumíveis utilizados para produção, distribuição e comercialização de energia e água.

A regularização de inventários, no valor de 2 263 mECV, inclui, essencialmente, a utilização de fardamentos do pessoal (850 mECV) e a reclassificação de uma peça para equipamento básico (705 mECV).

NOTA 6 – CLIENTES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Clientes" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
Detalhe de Clientes	**2025**	**2024**
Grandes clientes		
Câmara Municipal da Boa Vista		
- Iluminação pública	213 123	192 179
- Consumo próprio	26 549	23 854
Cabotel Hotelaria e Turismo, LDA		
- RIU TOUAREG	29 265	38 070
- RIU KARAMBOA	31 062	33 769
- RIU PALACE	21 703	14 009
Decameron CV, SA	47 449	47 411
BLUMARIN HOTELS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA	8 242	7 793
Emicela Productos Alimentares, Lda	4 628	4 398
Lorenzo Areia De Chaves	-	3 087
Ministério das Finanças e Administração	3 081	3 081
CV HORIZONT BARCELÓ, SOCIEDADE UNIPESSOAL SA	19 921	18 811
Outros inferior a 3 000 mECV	13 715	23 168
'Clientes Minoristas (ELECTRA)	551 040	523 936
	969 780	**933 567**
Depósitos não identificados	(39 689)	(15 796)
	930 092	**917 771**
Imparidade acumulada de clientes		
Clientes Minoristas	(161 363)	(138 520)
Câmara Municipal da Boa Vista - Iluminação Pública	(18 554)	(18 554)
Ministério das Finanças e Administração	(3 081)	(3 081)
Outros inferior a 3 000 mECV	(3 979)	(3 979)
Total de imparidade acumulada de clientes	**(186 978)**	**(164 135)**
	743 114	**753 636**
Adiantamentos de Clientes	25 101	23 679
	25 101	**23 679**

O saldo líquido de clientes no montante de 743 114 mECV inclui (i) 393 125 mECV referentes a dívidas dos grandes clientes, (ii) 389 677 mECV referentes aos clientes considerados minoristas, deduzidos de 39 689 mECV referentes a depósitos de clientes não identificados.

As perdas por imparidade acumuladas de clientes registaram os seguintes movimentos:

	mECV	
	2025	**2024**
Saldos em 1 de janeiro	164 135	129 007
Reforço do exercício	38 668	38 528
Reversão	(15 826)	(3 400)
Saldo em 31 de dezembro	**186 978**	**164 135**

NOTA 7 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Adiantamento a fornecedores" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2025	**2024**
Adiantamento fornecedores nacionais		
Antonio Delgado Pimentel	8 222	3 867
Cam - Confessões Alves Monteiro	1 060	-
Filtro Cartéis S.A.	195	195
Setelima-Segurança Privada, Lda	-	3 508
Tomar Construções	-	1 064
Outros	6 837	4 552
	16 314	**13 186**
Adiantamento fornecedores estrangeiros		
Moinhos Ambiente	4 641	-
Distribuciones Planaria	3 606	3 606
Dsg Belgium Bvba	1 649	1 649
Resul	1 091	-
Himoinsa Portugal Mot.Ger S.U	-	1 759
Watercare - Tratamentos De Águas, Lda	-	1 621
Outros	2 223	1 730
	13 210	**10 365**
	29 524	**23 552**

Os adiantamentos de fornecedores relacionam-se, essencialmente, com fornecimentos de peças e equipamentos.

NOTA 8 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Estado e outros entes públicos" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2025	**2024**
Corrente			
Saldo devedor			
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	(i)	-	82 524
Saldo credor			
Imposto sobre rendimento de pessoas singulares - IRPS	(ii)	233 583	194 216
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	(i)	71 095	162 343
Contribuições para a segurança social	(iii)	9 792	40 566
Multas fiscais	(iv)	18 853	18 853
Imposto de selo		3 234	3 234
Imposto sobre o rendimento		2 313	2 267
Outros impostos		525	676
Total		**339 395**	**422 154**
Não Corrente			
Contribuições para a segurança social		21 277	-
		21 277	**-**

(i) Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA

O saldo devedor, transitado, de 2024, no montante de mECV 82 524, compreendia o imposto relativo aos exercícios de 2022 a 2024.

Em 2025, o saldo correspondente, no valor de mCVE 91 248, foi apresentado líquido do saldo credor de mECV 162 343, igualmente transitado do exercício anterior, referente ao período compreendido entre junho 2017 a dezembro de 2021. Assim, considerando os movimentos do exercício, o saldo do imposto a pagar à data do balanço ascende a mECV 71 095.

(ii) Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares - IRPS

O valor corresponde, essencialmente, às retenções efetuadas aos trabalhadores dependentes no valor de 57 565 mECV e sobre o trabalho independente no valor de 170 925 mECV, referentes ao período compreendido entre março 2019 a dezembro de 2025, dos quais 232 609 mECV se encontram em mora.

(iii) Contribuições para a segurança social

O saldo corresponde, essencialmente, às contribuições da Empresa para a previdência social, no montante de 28 162 mECV referentes ao período de abril de 2020 a julho de 2024, o qual vem sendo, nos termos do acordo assinado entre as partes, em dezembro de 2024, liquidado em 40 prestações mensais e consecutivas, no valor de 816 mECV cada. A primeira prestação venceu em 30 de janeiro de 2025 e a última vencerá em 30 de abril de 2028.

(iv) Multas fiscais.

As multas fiscais, no valor de 18.853 mECV, referem-se aos atrasos no pagamento do IVA referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019.

NOTA 9 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Outras contas a receber" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2025	**2024**
Valor pago indevidamente a recuperar	**(i)**	20 950	20 950
Estado de Cabo Verde - Compensação Défice Tarifário	**(ii)**	20 085	103 537
Custo de iluminação pública	**(iii)**	14 889	14 789
Montajes Industriales Mario Diego Mateos, SL		7 676	7 676
Adiantamento ao pessoal		5 843	5 949
Outros		1 377	1 348
		70 821	154 249
Perdas por imparidade acumuladas			
Valor pago indevidamente a recuperar	**(i)**	(20 950)	(20 950)
Montajes Industriales Mario Diego Mateos, SL		(7 676)	(7 676)
		(28 626)	**(28 626)**
		42 195	**125 623**

(i) Valor pago indevidamente a recuperar

O valor de 20 950 mECV refere-se a uma transferência feita em 2019 para pagamento a um fornecedor estrangeiro, mas que indevidamente foi para a conta bancária de uma outra entidade ainda não identificada. Por se afigurar de difícil recuperação, o saldo foi ajustado por imparidade.

(ii) Estado de Cabo Verde - Compensação do défice tarifário

O saldo de 20 085 mECV resulta da compensação do défice tarifário a receber do Estado relativa ao período de julho a dezembro de 2022, ao abrigo da Resolução 64/2022, de 14 de junho de 2022, correspondente ao desconto equivalente a 100% do valor do incremento tarifário para manter o nível da tarifa social sem alteração, e de 60% para as demais categorias tarifárias, no montante de 256 915, deduzidos dos pagamentos efetuados pelo Estado em 2023, 2024 e 2025 nos montantes de 69 776 mECV, 83 601 mECV e 83 453 mECV, respetivamente.

(iii) Custo de iluminação pública

O saldo compreende os créditos da AEB sobre a Câmara Municipal da Boa Vista relacionados com investimentos no sistema de iluminação pública (IP). A regularização do saldo será efetuada via encontro de contas, tendo em conta os valores de contribuição para custeio do serviço e Iluminação Pública que incide sobre o fornecimento de energia elétrica arrecadada pela AEB e que deve ser entregue à Câmara (ver Nota 14).

NOTA 10 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe dos valores escriturados em caixa e depósitos bancários é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2025	**2024**
Caixa	576	47
Depósitos à ordem nacional		
Banco Caboverdiano de Negócios	17 833	38 223
Caixa Económica de Cabo Verde	61	36 931
Banco Interatlântico	474	4 130
Banco Angolano de Investimentos CV	494	68
Ecobank	1 419	31
Banco Comercial do Atlântico	1 099	-
Cartões VISA	462	-
Depósitos à ordem estrangeira		
Banco BPI	2	2
	22 420	79 432

Não existem restrições quanto ao uso dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor de 93 565 mECV positivos (2024: 86 468 mECV), evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, referem-se, essencialmente, ao recebimento do Estado de uma parcela da compensação do défice tarifário no montante de 83 453 mECV (2024: 83 601 mCVE) (ver Nota 9 (i)).

NOTA 11 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2025 e 2024 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social da Empresa, no valor de 480.000 mECV, representado por 480.000 ações, com o valor nominal de 1.000 ECV cada uma, encontrava-se integralmente subscrito e é detido pelos seguintes acionistas:

- SDTIBM: 60%
- Estado de Cabo Verde: 40%

O movimento registado na rubrica de Resultados transitados resulta da aplicação do resultado líquido negativo de 2024, no valor de 270 900 mECV.

O valor do Capital Próprio da Sociedade em 31 de dezembro de 2025 é negativo em 2 353 782 mECV (2024: 2 038 601 mECV), pelo que o Conselho de Administração irá propor aos Acionistas, na próxima Assembleia-geral, a tomada de medidas para a sua resolução.

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Financiamentos obtidos" é apresentado no quadro seguinte (mCVE):

		mECV					
		2025			2024		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Económica de Cabo Verde	**A**						
Financiamento - Reestruturação 879 163 mECV		41 462	754 280	795 742	38 859	795 742	834 601
Financiamento - 330 000 mECV		62 267	200 010	262 277	58 359	262 277	320 636
Financiamento - 250 000 mECV		31 278	187 049	218 327	29 315	218 327	247 642
Financiamento 130 000 mECV		10 344	103 315	113 659	9 599	113 659	123 258
Financiamento - 100 000 mECV		20 133	40 477	60 609	18 869	60 609	79 478
Financiamento - 47 976 mECV		4 114	34 014	38 128	3 817	38 128	41 946
Financiamento - 50 000 mECV jun/23		10 286	16 735	27 021	9 641	27 021	36 662
Financiamento - 50 000 mECV mar/23		10 454	14 058	24 512	9 798	24 512	34 310
Linha de Crédito Covid 19 - 40 000 mECV		5 850		5 850	7 599	5 850	13 449
Empréstimo C/C Caucionada - 50 000 mECV set/25		-	50 000	50 000	-	-	-
Empréstimo C/C Caucionada - 100 000 mECV dez/25		91 967	-	91 967	-	-	-
Banco Interatlântico	**B**						
Financiamento - 40 000 mECV		-	-	-	2 263	-	2 263
Empréstimo C/C Caucionada - 25 000 mECV		14 178	-	14 178	-	-	-
Banco Caboverdiano de Negócios	**C**						
Financiamento - 250 000 mECV		20 012	205 246	225 258	18 756	225 258	244 013
Financiamento - 400 000 mECV		23 715	176 623	200 338	22 227	200 338	222 565
Financiamento - 230 000 mECV		13 795		13 795	80 173	13 795	93 969
Financiamento - 6 200 mECV		1 432	115	1 547	1 321	1 547	2 867
Outros empréstimos	**D**						
SDTIBM		43 380	-	43 380	43 380	-	43 380
Locação Financeira	**E**						
Empresa GENS RENTAL (ver Nota 3)		150 087	-	150 087	117 674	104 747	222 421
Total		**554 754**	**1 781 922**	**2 336 676**	**471 648**	**2 091 811**	**2 563 459**

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade (mECV):

	mECV		
	CECV	BCN	Total
2027	353 325	307 897	661 222
2028-2029	240 900	74 087	314 987
Após 2029	805 713	-	805 713
	1 399 938	**381 984**	**1 781 922**

A Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento - 879 163 mECV

Corresponde ao saldo remanescente do empréstimo sob a forma de mútuo (reestruturado em 2023), no montante de 879 163 mECV, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 11,5% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 5 p.p.(cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicado na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 5 p.p., aplicando automaticamente a taxa de 11,5%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 11,5%, (iii) prazo de reembolso de 180 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em setembro de 2023 e término em agosto de 2038.

O empréstimo encontra-se garantido: (i) por penhor de 38.400 ações tituladas e nominativas dos acionistas SDTIBM e Estado de Cabo Verde, (ii) pela hipoteca de um trato de terreno urbano, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Povoação Velha, ZDTI Santa Mónica, parcela 1B, com uma área de 1.193.000 m2, pertencente à SDTIBM e (iii) por penhor mercantil de equipamentos da AEB (2 Geradores Wartsila/Leroy Sommer modelo W9L20 – Wart 1 e Wart 2, 4 geradores marca Mitsubishi, 2 geradores marca Perkings, 1 gerador marca Caterpilar 2.000 KVA e 2 dessalinizadoras 800 D e 300 D).

Financiamento – 330 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido em 2024, sob a forma de mútuo, no montante de 330 000 mECV, destinado ao reforço de tesouraria e ao pagamento de fornecedores, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 10% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 3,5 p.p.(três virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 3,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 10%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 10%, (iii) prazo de reembolso de 60 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em novembro de 2024 e término em outubro de 2029.

O empréstimo encontra-se garantido por Aval do Estado.

Financiamento – 250 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente do empréstimo sob a forma de mútuo, no montante de 250 000 mECV, destinado ao pagamento de fornecedores e reforço de tesouraria. O contrato é celebrado pelo prazo de 10 anos, sendo 3 anos de utilização e 7 anos de reembolso. O empréstimo vence juros à taxa anual de 6,5%, ajustável durante a vigência do contrato. O empréstimo será reembolsado em 84 prestações mensais consecutivas de capital e juros, com início em dezembro de 2024 e término em novembro de 2031.

O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado.

Financiamento – 130 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido em 2024, sob a forma de mútuo, no montante de 130 000 mECV, destinado à reestruturação de uma dívida na forma de conta caucionada para o reforço da tesouraria da Empresa, que vencia juros mensais à taxa anual de 9%, sendo renovável anualmente, com o prazo máximo de liquidação até março de 2024 e encontrava-se garantido por hipoteca do terreno NIP (150032600000) onde se encontram as instalações da AEB. A reestruturação da dívida foi feita nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 10% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 2,5 p.p.(três virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 7,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 2,5 p.p. aplicando

automaticamente a taxa de 10%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 10%, (iii) prazo de reembolso de 120 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em março de 2024 e término em fevereiro de 2034.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca do edifício do escritório NIP (150032600000), onde se encontram as instalações da AEB.

Financiamento – 100 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido, sob a forma de mútuo, no montante de 100 000 mECV, destinado ao pagamento de fornecedores e reforço da tesouraria, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 12% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 5,5 p.p.(cinco virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 5,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 12%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 12%, (iii) prazo de reembolso de 60 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em novembro de 2023 e término em outubro de 2028.

O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado.

Financiamento – 47 976 mECV

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido, através de um contrato tripartido (CAIXA, AEB e SDTIBM), sob a forma de mútuo, no montante de 47 976 mECV destinado exclusivamente à liquidação dos créditos abertos em duas contas caucionadas nºs 1305557440007 e 1305557448001, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 9% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 1,5 p.p.(um virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 7,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 1,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 9%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 9%,

(iii) prazo de reembolso de 120 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em abril de 2023 e término em março de 2033.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca de um trato de terreno urbano, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Povoação Velha, ZDTI Santa Mónica, parcela 1B, com uma área de 1.193.000 m2, pertencente à SDTIBM.

Financiamento – 50 000 mECV – jun/23

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido, através de um contrato tripartido (CAIXA, AEB e SDTIBM), sob a forma de mútuo, no montante de 50 000 mECV destinado ao pagamento de fornecedores, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 12% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 5,5 p.p.(cinco virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 5,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 12%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 12%, (iii) prazo de reembolso de 60 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em julho de 2023 e término em junho de 2028.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca de um trato de terreno urbano, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Povoação Velha, ZDTI Santa Mónica, parcela 1B, com uma área de 1.193.000 m2, pertencente à SDTIBM.

Financiamento – 50 000 mECV mar/23

Corresponde ao saldo remanescente de um crédito concedido, através de um contrato tripartido (CAIXA, AEB e SDTIBM), sob a forma de mútuo, no montante de 50 000 mECV, destinado ao pagamento de fornecedores, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 12% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto de 5,5 p.p.(cinco virgula cinco pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 6,5%, (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 5,5 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 12%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 12%, (iii)

prazo de reembolso de 60 prestações mensais e consecutivas de capital e juros, com início em abril de 2023 e término em março de 2028.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca de um trato de terreno urbano, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Povoação Velha, ZDTI Santa Mónica, parcela 1B, com uma área de 1.193.000 m2, pertencente à SDTIBM.

Linha de crédito Covid 19 – 40 000 mECV

Na sequência do Estado de Emergência decretado pelo Estado de Cabo Verde, em 2020, foi assinado um protocolo de um conjunto de Linhas de Crédito entre o Governo de CV, através do Ministério das Finanças, os Bancos Comerciais da praça, a Pró-Empresa e a Pró-Garante, para travar os efeitos negativos da pandemia do coronavírus. Neste sentido, enquadrado na linha de crédito de apoio à tesouraria, a CECV concedeu um crédito sob a forma de mútuo, no montante de 40 000 mECV destinado exclusivamente ao pagamento de fornecedores e reforço de tesouraria. O contrato foi celebrado pelo prazo de 6 anos. Vence juros à taxa anual de 3%, ajustável durante a vigência do contrato. É reembolsável em 72 (setenta e duas) prestações mensais consecutivas de capital e juros, com início em outubro 2020 e término em setembro de 2026.

O empréstimo encontra-se garantido em 50% pela hipoteca unilateral sobre um prédio urbano localizado na ilha de Boa Vista, sendo os outros 50% por aval do Estado.

Empréstimo C/C caucionada - 50 000 mECV set/25

Corresponde o valor utilizado de uma conta caucionada aberta em setembro de 2025, através de um contrato tripartido (CAIXA, AEB e SDTIBM), sob a forma de mútuo, no montante de 50 000 mECV, destinada ao reforço da tesouraria, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 9,5% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto comercial de 2 p.p.(dois pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 7,5% (sete virgula cinco porcento), (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 2 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 9,5%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto

contratual, se esta for superior à taxa de 9,5% (iii) prazo de utilização do crédito é de 18 meses, devendo ser amortizado em setembro de 2027, em uma única prestação.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca a favor da CAIXA de um imóvel com o número de identificação predial 7500420180000, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Santa Mónica, ZDTI Santa Mónica, pertencente à SDTIBM.

Empréstimo C/C caucionada - 100 000 mECV dez/25

Corresponde o valor utilizado de uma conta caucionada aberta em dezembro de 2025, através de um contrato tripartido (CAIXA, AEB e SDTIBM), sob a forma de mútuo, no montante de 100 000 mECV, destinada ao reforço da tesouraria, nas seguintes condições: (i) taxa de juro de 9,5% ajustável durante a vigência do contrato, com um desconto comercial de 2 p.p.(dois pontos percentuais), pelo que a taxa de juro aplicada na data do contrato é de 7,5% (sete virgula cinco porcento), (ii) o incumprimento do pagamento de qualquer encargo ou prestação de reembolso por um prazo superior a 60 dias determina a perda automática de desconto de 2 p.p. aplicando automaticamente a taxa de 9,5%, ou a fixada no precário da Caixa, à data da perda do desconto contratual, se esta for superior à taxa de 9,5% (iii) prazo de utilização do crédito é de 12 meses, contados a contar da data de assinatura do contrato, devendo ser amortizado em dezembro de 2026, em uma única prestação.

O empréstimo encontra-se garantido através de hipoteca a favor da CAIXA de um imóvel com o número de identificação predial 7500420180000, localizado na ilha de Boa Vista, Zona de Santa Mónica, ZDTI Santa Mónica, pertencente à SDTIBM

B BANCO INTERATLÂNTICO

Financiamento – 25 000 mECV

Em 2024 o valor correspondia ao saldo remanescente do empréstimo sob a forma de crédito rendas, contratado com o Banco Interatlântico, no montante inicial de 3 000 mECV e posteriormente reforçado para 25 000 mECV, destinado exclusivamente ao reforço de tesouraria. O contrato foi celebrado pelo prazo de 12 meses. O crédito vence juros à taxa anual de 7,5% e encontra-se garantido por livrança em branco.

Empréstimo C/C Caucionada

Compreende o saldo utilizado da conta corrente caucionada no valor de 25 000 mECV, destinada ao reforço da tesouraria da Empresa, renovável anualmente. O empréstimo vence juros à taxa anual de 7,5%.

C Banco Caboverdiano de Negócios

Financiamento – 250 000 mECV

Em agosto de 2024, a conta corrente caucionada de 250 000 mECV foi convertida num empréstimo de longo prazo, remunerado à taxa anual de 6,5% ano e será reembolsável em 120 prestações de capital e juros, com início em setembro de 2024 e término em agosto de 2034. Encontra-se garantido por aval do Estado.

Financiamento – 400 000 mECV

Corresponde ao saldo remanescente do empréstimo que o Banco Caboverdiano de Negócios (BCN) concedeu à AEB sob a forma de mútuo, no montante de 400 000 mECV, para a liquidação da dívida no BCN, em Outras Instituições de Crédito (OIC) e pagamento de fornecedores. Vence juros à taxa anual de 7,5% ano e será reembolsado em 72 prestações mensais de capital e juros, com início em fevereiro de 2018 e término em novembro de 2027.

O empréstimo encontra-se garantido por livrança em branco subscrita à ordem do BCN, domiciliação das receitas dos hotéis Decameron CV, Iberostar e Marine Club e pela domiciliação das receitas provenientes de POS (Point of Sale).

Financiamento – 230 000 mECV

Representa o saldo remanescente de um crédito sob a forma de mútuo, no montante de 230 000 mECV, para o reforço de tesouraria. Vence juros à taxa anual de 5,5% ano e será reembolsado em 36 prestações mensais de capital e juros, com início e março de 2023 e término em fevereiro de 2026.

O empréstimo encontra-se garantido por livrança em branco subscrita a favor do BCN, por aval do Estado e domiciliação da subvenção a receber do Estado, mediante declaração emitida pela Direção Geral do Tesouro.

Financiamento – 6 200 mECV

Representa o saldo remanescente do empréstimo concedido à AEB, sob a forma de mútuo, no montante de 6 200 mECV destinado a aquisição de duas viaturas. O prazo reembolso de capital e juros é de 60 meses. O empréstimo vence juros à taxa anual de 7,5%.

O empréstimo encontra-se garantido por livrança em branco subscrita à ordem do BCN e hipoteca constituída sobre o veículo automóvel, marca Mitsubishi.

D Outros empréstimos

- SDTIBM

O saldo corresponde à parcela remanescente do financiamento obtido da SDTIBM, no âmbito do acordo de compra e venda das ações desta participada, nos seguintes termos:

(i) Financiamento no valor de 238 026 mECV, concedido em março de 2016, com a finalidade de liquidar o remanescente do crédito contraído pela AEB junto do BPI – Portugal. O Financiamento vence juros anuais a taxa de 9%, e será reembolsado em 6 prestações trimestrais, com início em junho 2016 e término em setembro de 2017;

(ii) Financiamento no valor de 44 106 mECV, não remunerado, para ser reembolsado em quatro prestações semestrais, tendo a primeira prestação vencida em novembro de 2016. Este financiamento tem como objetivo a aquisição de dois geradores novos e seus componentes.

E Locação financeira

O saldo de 150 087 mECV representa as responsabilidades para com o fornecedor de dois geradores de energia em regime de locação financeira (ver Nota 1.3).

Vence juros a uma taxa efetiva de 6,32% e é amortizado em 84 prestações mensais e consecutivas de 8.054 mECV, englobando capital e juros, vencendo-se a última em outubro do ano 2026.

NOTA 13 – FORNECEDORES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Fornecedores" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2025	2024
Fornecedores Conta Corrente			
Electra,Sarl	(i)	1 182 255	1 160 079
Enacol	(ii)	154 709	132 531
Gens Rental Bvba	(iii)	151 993	98 599
Sociedade Desenv. Turist. Ilha Boavista E Maio	(iv)	124 496	124 496
Nortia Electricidade, Lda	(v)	91 682	91 682
Montajes Industriales Mario Diego Mateos, SL	(vi)	22 041	22 041
Sistema ,SA		11 926	6 183
Panorama,Lda	(vii)	8 672	16 105
Agencia Nacional De Agua E Saneamento		7 855	9 656
Bomfim 2000		6 032	-
Impar- Companhia Cabovrediana de Seguros ,SARL		5 927	-
Medatlantic Managements,SL		3 942	3 942
Deco Comércio Geral, Lda		3 935	-
Construções Mercelo		3 274	-
Imobiliaria Promomax,Lda	(viii)	3 175	5 896
Watercare - Tratamentos de água, Lda.		3 023	-
Inboiler, 3 SL		2 553	-
Água Cristobal Franquis, SL		2 528	-
Promomax,SL	(viii)	1 910	3 546
Bucan,Sa	(viii)	1 466	4 514
Íncentea		885	2 127
Outras entidades		28 273	30 249
		1 822 552	**1 711 649**
Fornecedores por acréscimos de gastos			
Agencia Regulação Economica	(ix)	71 337	56 934
Setelima-Segurança Privada, Lda		10 370	17 080
Bucan,Sa	(viii)	3 492	3 492
Impar, S.A.		891	1 332
Outras entidades		8 613	9 395
		94 704	**88 234**
	Total	**1 917 255**	**1 799 882**

(i) ELECTRA, SARL

O valor resulta da faturação de energia fornecida pela Cabeólica. A Cabeólica fatura a Electra e esta, por sua vez, fatura a AEB, deduzido de 93 853 mECV correspondente ao défice tarifário de água acumulado entre os anos de 2019 e 2025, conforme referido na Nota 16.

(ii) ENACOL

O saldo referente a fornecimentos de combustíveis e outros fluídos.

(iii) GENS RENTAL BVBA

Dívida referente à (i) manutenção dos geradores Hyundai 1 e 2, adquiridos através de contrato de locação financeira, e (ii) manutenção e renda de novos geradores, resultante do contrato de locação operacional.

(iv) SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ILHAS DE BOA VISTA E MAIO (SDTIBM)

A dívida para com a SDTIBM compreende, essencialmente, (i) mECV 89 975 relativos à venda de terrenos para instalação da parcela técnica de Chaves e Lacacão ocorrida em 2016, (ii) mECV 36 021 relativos aos valores acumulados dos serviços de consultoria e de gestão prestados pela SDTIBM, nos exercícios de 2016 a 2020, (iii) deduzidos de pagamentos efetuados em 2024 no valor de mECV 1 500.

(v) NORTEA ELECTRICIDADE

O valor a pagar à Nortea Electricidade relaciona-se com a operação e manutenção da central elétrica, excluindo os geradores Hyundai. O contrato vigorou até 31 de dezembro de 2022, não tendo sido renovado.

(vi) MONTAJES INDUSTRIALES MARIO DIEGO MATEO, SL

O saldo de 22 041 mECV relaciona-se com compra de peças para geradores.

(vii) PANORAMA

O valor corresponde à dívida referente à aquisição de peças para geradores.

(viii) IMOBILIARIA PROMOMAX, Lda, PROMOMAX, SL BUCAn, SA (anteriores acionistas privados)

Saldo em dívida dos anteriores acionistas privados (BUCAN e PROMOMAX) aquando da saída do capital da AEB, cujo acordo assinado em janeiro de 2022 prevê a liquidação em 36 prestações, sem juro, no montante de 2 580 mECV. Os respetivos saldos não foram objeto de desconto, tendo em conta o efeito imaterial.

(ix) ARME – AGÊNCIA REGULADORA MULTISSETORIAL DA ECONOMIA

O saldo compreende o acréscimo da taxa de regulação dos exercícios de 2020 a 2025.

NOTA 14 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Outras contas a pagar" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2025	2024
Credores por acréscimos de gastos			
Acréscimos com Gastos com Pessoal		15 350	15 350
Electra SARL - Concessionária		13 465	11 544
Juros de Leasing Financeiro		5 063	5 115
		33 878	**32 010**
Credores diversos			
CIP - Município da Boa Vista	(i)	135 763	127 497
Taxas RTC e Contribuição audivisual	(ii)	133 343	108 140
ARME - Agência de Regulação Multisectorial	(iii)	46 458	46 458
CV Broadcast	(ii)	13 846	14 096
Sociedade de Desenvolvimento Boa Vista e Maio		11 615	11 615
Remunerações a pagar		3 050	3 050
Outros credores		7 488	7 440
		351 563	**318 296**
Total		**385 441**	**350 306**

(i) CIP – Município da Boa Vista

O valor refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. Incide sobre o fornecimento de energia elétrica e é devida a título mensal por cada consumidor de energia elétrica fornecida pela AEB. É faturada aos clientes de acordo com BO nº4 I Série de 21 de janeiro 2013, devendo o valor cobrado ser objeto de encontro de contas com o valor faturado ao Município a título de iluminação pública (ver Nota 6). Não se encontra apurado até à data os valores já arrecadados/cobrados aos clientes para efeitos de encontro de contas.

(ii) Taxas de RTC e Contribuição Audiovisual

O saldo desta rubrica diz respeito às taxas faturadas pela AEB a entregar à RTC – Radiotelevisão Caboverdiana e à CVB - Cabo Verde Broadcast. O pagamento das taxas é devido no mês seguinte ao do seu recebimento do cliente. Não se encontra apurado até à data os valores já

arrecadados/cobrados aos clientes e ainda não entregues às referidas entidades, com exceção do ano de 2024, em que o valor foi apurado.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 11/2019, de março, que estabelece o regime jurídico de financiamento do serviço de radiodifusão sonora e televisiva, o valor arrecadado da taxa de RTC e da contribuição audiovisual passou a ter a seguinte distribuição: 70% à RTC, 20% à CVB e 10% à AEB (correspondente à comissão do serviço na cobrança dos valores).

(iii) **ARME - AGÊNCIA DE REGULAÇÃO MULTISSECTORIAL DA ECONOMIA**

O valor compreende a taxa de regulação do sector devido à ARME – Agência Reguladora Multissetorial da Economia dos exercícios de 2016 a 2019. A taxa referente aos anos 2020 a 2025 foram registados na rubrica de Fornecedores por acréscimos de gastos (ver Nota 13).

NOTA 15 – DIFERIMENTOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Diferimentos" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2025	**2024**
Saldo devedor		
Seguro multirisco de equipamentos	1 631	1 822
Caução - aluguer de equipamentos	1 362	1 362
Imposto de circulação	12	12
	3 005	**3 196**
Saldo credor		
Subsídio Rede Norte	22 200	22 572
Subsídio Painéis solores da Pacela	54 764	
	76 964	**22 572**

O saldo credor de 76 964 mECV inclui (i) mECV 9 555 referente ao subsídio recebido da SDTIBM para a construção da rede de água da zona norte da ilha de Boa Vista, no valor de 50 608 mECV, deduzido do valor proporcional das depreciações do ativo subsidiado, no montante acumulado de 41 053 mECV, dos quais 13 017mECV referentes ao exercício de 2025 (anos anteriores: 41 052 mECV, os quais são compensados em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 19), (ii) 12 645 mECV relativos ao valor doado em 2025, pela ANAS e Fundo de Ambiente para a construção da rede de água da Zona Norte e (iii) 54 764 mECV referentes ao sistema fotovoltaico de produção de energia, doado pela Cooperação Luxemburguesa, Lux-Dev).

NOTA 16 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O detalhe dos valores escriturados na rúbrica Vendas e prestações de serviços é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2025	**2024**
Vendas		
Energia Elétrica - Consumidor final	1 176 051	1 447 402
Água	459 556	420 222
Água - Défice tarifário acumulado	93 853	-
	1 729 461	1 867 623
Prestações de Serviços		
Saneamento	44 640	43 515
Energia	2 544	6 253
Água	1 205	2 945
	48 388	52 713
Total	**1 777 849**	**1 920 336**

As informações estatísticas de produção, vendas e perdas em quantidade encontram-se no quadro abaixo:

		2025	2024
Eletricidade	Produção Kwh	49.457.132	47.221.950
	Vendas Kwh	37.460.463	38.999.674
	Perdas Kwh	4.395.079	3.857.120
	Perdas %	8.87%	8.17%
Água	Produção m3	1.070.398	892.794
	Vendas m3	899.829	788.598
	Perdas m3	161.544	95.246
	Perdas %	15.09%	8.17%

Os preços de venda da água variam conforme o destinatário e o nível de consumo. No caso da eletricidade, os preços de venda dependem do tipo de contador e do tipo de tensão instalada.

As vendas incluem ainda à iluminação pública faturada ao Município (ver Nota 6).

O saldo de Água - Défice tarifário acumulado, no montante de 93 853 mECV, corresponde à compensação do défice tarifário de água acumulado entre os anos de 2019 e 2025 apurado pela ARME e assumido pelo Estado de Cabo Verde, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 96/2025, de 26 setembro (ver Nota 1.12). O saldo foi deduzido à dívida da Empresa para com a Electra, SA (ver Nota 16).

NOTA 17 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" é apresentado no quadro seguinte:

		mECV	
		2025	2024
Rendas e alugueres	(i)	286 826	281 733
Conservação e reparação	(ii)	229 516	235 584
Seguros	(iii)	39 686	40 405
Vigilancia e Segurança		7 320	7 507
Serviços de informática		6 694	4 760
Transporte de inventários		6 678	2 264
Serviços Bancários		5 803	8 383
Combustíveis e outros fluidos		4 739	5 125
Trabalhos especializados		2 459	8 225
Limpeza Higiene e conforto		1 955	1 597
Comunicação		1 818	1 489
Material de escritório		1 800	2 391
Deslocações e Estadias		858	856
Publicidade e propaganda		851	1 013
Honorários		701	2 454
Contecioso e notariado		133	242
Outros fornecimentos e serviços		8 297	10 270
Total		**606 132**	**614 299**

(i) O valor compreende, essencialmente, os gastos referentes a rendas da locação operacional de 8 geradores.

(ii) O valor compreende os gastos de manutenção e conservação dos equipamentos afetos à produção e distribuição de água e eletricidade e subcontratos relacionados com a produção nomeadamente a manutenção dos geradores e gestão e manutenção operacional da central elétrica.

(iii) O saldo compreende, essencialmente, os gastos com seguros dos geradores Hyundai e Cuminngs, restantes equipamentos e viaturas da Empresa

NOTA 18 – GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Gastos com o pessoal" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2025	**2024**
Remunerações dos órgãos sociais		
Ordenados	7 440	7 462
Outros	845	429
Remunerações do Pessoal		
Ordenados	83 618	89 031
Outros	9 505	9 921
Encargos Sociais	16 564	17 262
Outros Gastos com Pessoal		
Seguros	1 530	1 912
Outros	24 748	23 528
Total	**144 248**	**149 544**

NOTA 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2025	**2024**
Compensação de amortizações de bens subsidiados (ver Nota 15)	13 017	13 017
Aluguer de contadores de eletricidade e água	13 808	10 840
Sobras em Inventários	9	216
Juros de mora	1 307	61
Outros rendimentos	2 412	6 187
Total	**30 554**	**30 321**

A rubrica de Outros rendimentos corresponde, essencialmente, a renda paga pela Unitel T+ pela instalação de uma antena dentro do recinto da AEB.

NOTA 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Outros gastos e perdas" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2025	2024
Taxas da ARME, Electra e ANAS	16 323	15 376
Impostos Indiretos	5 785	8 415
Perdas em inventários	124	1 485
Impostos diretos	34	36
Outros gastos	2 312	468
Total	**24 577**	**25 780**

Os Impostos indiretos referem-se ao imposto de selo sobre os juros de empréstimos bancários.

NOTA 21 – GASTOS COM DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica "Gastos com depreciações e amortizações" é apresentado no quadro seguinte:

	mECV	
	2025	2024
Depreciações do exercício - Ativo Fixo Tangível (Nota 3)	188 709	200 481
Amortizações do exercício - Ativo Intangível (Nota 4)	17 445	17 617
Total	**206 154**	**218 098**

NOTA 22 – JUROS E GASTOS SIMILARES

O detalhe dos valores escriturados na rubrica de "Juros e gastos similares" é apresentado no quadro seguinte:

	2025	2024
Juros suportados de financiamentos obtidos	147 045	148 237
Juros suportados de leasing financeiro	8 156	13 954
Juros de mora	1 671	5 330
Outras perdas de financiamento	339	1 448
Total	**157 211**	**168 969**

NOTA 23 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Os resultados fiscais negativos referentes aos exercícios de 2017 a 2025 ascendem a 1 747 469 mECV e os correspondentes impostos diferidos ativos a 349 514 mECV, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade na sua recuperação.

O valor do imposto a pagar corresponde à tributação autónoma do exercício, no montante de 19 mECV (2024: 27 mECV).

NOTA 24 – RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO

O resultado por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número de ações como segue:

	mECV	
	2025	**2024**
Resultado atribuível aos acionistas (mECV)	(315 181)	(270 900)
Número de ações	480	480
Resultado por ação básico (ECV)	(657)	(564)

NOTA 25 – PARTES RELACIONADAS

Os detalhes dos valores das partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentados nos quadros seguintes (em mECV):

	Balanço			Transações
	Fornecedores	**Outras contas a pagar**	**Financiamentos Obtidos**	**Vendas e Prestação de Serviços**
	(ver nota 13)	(ver nota 14)	(ver nota 12)	(ver nota 16)
2025				
SDTIBM	124 496	11 615	43 380	2 191
2024				
SDTIBM	124 496	11 615	43 380	2 435

Outras informações:

Outras informações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a remuneração dos órgãos sociais apresentava a seguinte composição:

	mECV	
	2025	**2024**
Ordenados	7 440	7 462
Outras remunerações	845	429
Total das remunerações	**8 285**	**7 891**

NOTA 26 – GARANTIAS PRESTADAS

No âmbito do contrato de leasing financeiro de aquisição de dois geradores Hyundai, a AEB prestou duas garantias bancárias, nos montantes de (a) 24 163 mECV, a favor da GENS RENTAL BVBA, destinada a garantir o pagamento do contrato de leasing de dois geradores Hyundai e (b) 25 409 mECV, a favor DSG BELGUIN BVBA, destinada a garantir o pagamento do contrato de gestão e manutenção de dois geradores Hyundai.

NOTA 27 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS NEM DIVULGADOS NOUTRAS NOTAS

Existem duas contingências fiscais referentes aos anos de 2016 e 2017, nos valores de 77 015 mECV e 39 274 mECV, respetivamente.

O valor de 77 011 mECV, referente ao ano de 2016, corresponde à liquidação adicional de (i) Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC), no montante de 2 977 mECV, (ii) Retenção na Fonte, no montante de 44 096 mECV, (iii) Imposto de selo, no montante de 5 581 mECV, (iv) IVA deduzido indevidamente, no montante de 1 764 mECV e (v) IVA resultante da diferença entre o valor declarado nos Modelos 1B e 106, no montante de 22 606 mECV (este último foi objeto de registo contabilístico).

O valor de 39 274 mECV, referente ao ano de 2017, corresponde à liquidação adicional de (i) IRPC, no montante de 1 059 mECV, (ii) Retenção na Fonte, no montante de 3 124 mECV, (iii) Imposto de selo, no montante de 2 210 mECV, (iv) IVA deduzido indevidamente, no montante de 10 074 mECV e (v) IVA resultante da diferença entre o valor declarado nos Modelos 1B e 106, no montante de 22 807 mECV (este último foi objeto de registo contabilístico).

NOTA 28 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Durante os exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024, as remunerações auferidas pelos outros órgãos sociais e auditores externos resumem-se como segue:

	mECV	
	2025	**2024**
Remunerações do Fiscal Único	600	600
Honorários de Auditores Externos - serviço de auditoria às contas	2 840	2 770
Total	**3 440**	**3 370**

NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a data do fecho de contas até a presente data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

13 RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA

14 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Relatório e parecer do Fiscal Único

Aos Acionistas da AEB — Águas e Energia da Boavista, S.A.

Introdução

1. As competências do Fiscal Único resultam das disposições legais e estatutárias aplicáveis, designadamente do Código das Sociedades Comerciais.

2. Descrevem-se neste relatório as principais atividades desenvolvidas no âmbito da fiscalização e a apreciação do Relatório de Gestão, das demonstrações financeiras e da proposta de aplicação do resultado da AEB — Águas e Energia da Boavista, S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A preparação e apresentação destes documentos são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Atividade desenvolvida

3. No desempenho das funções de Fiscal Único relativas ao exercício de 2025:

    a. acompanhei a atividade da Sociedade através da análise da informação disponibilizada e de reuniões com os responsáveis pela gestão, tendo solicitado os esclarecimentos considerados necessários;
    b. verifiquei, na extensão considerada adequada, o cumprimento das disposições estatutárias e legais aplicáveis;
    c. analisei os instrumentos previsionais de gestão e o processo de acompanhamento da execução de 2025;
    d. analisei o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras finais, comparando-as com a informação financeira provisória anteriormente apreciada;
    e. tomei conhecimento do trabalho desenvolvido pela PricewaterhouseCoopers Cabo Verde — Sociedade de Auditores Certificados, Lda. (PwC) e do Relatório do Auditor Independente, datado de 27 de julho de 2026; e
    f. realizei os procedimentos de análise e validação que considerei adequados à natureza das funções exercidas e à relevância das matérias identificadas.

Principais conclusões e recomendações

4. As demonstrações financeiras finais mantêm os valores centrais da informação provisória anteriormente analisada: ativo total de 2.748.327 mCVE, capital próprio negativo de 2.353.782 mCVE e resultado líquido negativo de 315.181 mCVE.

5. Em 2025, o volume de negócios diminuiu 7,4%, para 1.777.849 mCVE. O EBITDA reduziu-se de 116.194 mCVE para 48.204 mCVE e o prejuízo líquido agravou-se 16,4%, para 315.181 mCVE. Não obstante o fluxo de caixa operacional positivo de 252.199 mCVE e a redução da dívida financeira, a situação económica e financeira permanece muito frágil.

6. A estrutura de liquidez continua fortemente pressionada. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos correntes ascendiam a 1.015.396 mCVE, face a passivos correntes de 3.298.910 mCVE, traduzindo um fundo de maneio negativo de 2.283.514 mCVE e um rácio de liquidez corrente de aproximadamente 0,31. Recomenda-se a manutenção de previsões de tesouraria mensais, com horizonte mínimo de doze meses, análise de cenários e acompanhamento do serviço da dívida, dos prazos de recebimento e pagamento e da concentração dos saldos em fornecedores e entidades públicas.

7. Continuidade e capital próprio negativo. O capital próprio negativo de 2.353.782 mCVE coloca a Sociedade na situação prevista no artigo 43.º do Código das Sociedades Comerciais. Caso não seja tomada deliberação para resolver esta situação, o acionista ou qualquer credor poderá requerer judicialmente a dissolução da Sociedade enquanto a situação se mantiver. A continuidade depende, adicionalmente, da manutenção do apoio financeiro dos acionistas.

8. O Fiscal Único recomenda que a Assembleia Geral delibere expressamente sobre um plano de recapitalização e saneamento financeiro, com identificação das medidas, montantes, fontes de financiamento, responsáveis e prazos. O apoio financeiro dos acionistas necessário à continuidade deverá ser formalizado e ser compatível com uma projeção de tesouraria atualizada. Eventuais soluções de aumento de capital por entradas em espécie deverão ser sustentadas por avaliação independente e pelo cumprimento dos requisitos societários aplicáveis.

9. Depósitos de clientes não identificados. O saldo deduzido à rubrica de clientes aumentou de 15.796 mCVE, em 2024, para 39.689 mCVE, em 2025, correspondendo a um acréscimo de 151,3%. A ausência de identificação tempestiva prejudica a correta imputação dos recebimentos, a confirmação dos saldos de clientes e a fiabilidade da informação de cobrança.

10. Recomenda-se a constituição imediata de uma equipa responsável pela regularização do saldo, com reconciliação depósito a depósito, antiguidade, identificação do banco, data, referência e cliente provável, contacto com os depositantes e reporte mensal à Administração e ao Fiscal Único. Devem ainda ser implementadas referências únicas de pagamento, reconciliações bancárias diárias e uma análise da adequada classificação e apresentação contabilística destes montantes enquanto não forem identificados e imputados aos clientes.

11. A PwC auditou as demonstrações financeiras do exercício de 2025 e emitiu uma opinião com reservas. Exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nas bases para a opinião com reservas, o auditor concluiu que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da AEB, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

12. Primeira reserva — ativos fixos tangíveis e ativos em curso. A rubrica de equipamento básico inclui equipamentos de produção, com valor líquido estimado de cerca de 358.000 mCVE, fora de uso ou com utilização marginal. Por serem depreciados pelo método das unidades de produção, estes ativos não têm sido depreciados ou apresentam depreciações irrelevantes. Existem ainda ativos em curso de cerca de 9.700 mCVE, transitados de exercícios anteriores e sem investimentos recentes, que poderão não reunir as condições para permanecer reconhecidos como ativos. Acresce que não foram efetuados testes de imparidade aos ativos fixos tangíveis, apesar dos indícios resultantes dos prejuízos recorrentes. O auditor não conseguiu quantificar os eventuais ajustamentos necessários.

13. Quanto à primeira reserva, recomenda-se a realização, durante 2026, de um inventário físico e técnico dos ativos, a identificação dos bens ociosos ou obsoletos, a revisão das vidas úteis, valores residuais e métodos de depreciação, a reavaliação da qualificação dos ativos em curso e a realização de testes de imparidade por unidade geradora de caixa. Os ajustamentos, abates ou reclassificações apurados deverão ser reconhecidos tempestivamente e suportados por documentação técnica.

14. Segunda reserva — recuperabilidade de contas a receber. Os saldos sobre entidades públicas, de cerca de 382.000 mCVE, apresentam antiguidade significativa e recuperação difícil, sem terem sido sujeitos a análise de imparidade. Adicionalmente, saldos sobre entidades privadas de cerca de 62.000 mCVE, com indícios de imparidade, não foram ajustados. Não existem acordos de regularização para estes montantes, pelo que o auditor não conseguiu concluir sobre a sua recuperabilidade nem sobre o efeito financeiro do diferimento dos recebimentos.

15. Quanto à segunda reserva, recomenda-se a preparação de uma análise de antiguidade e recuperabilidade, devedor a devedor, suportada por confirmações externas, histórico de cobrança, capacidade financeira do devedor e acordos de regularização formalizados. As perdas de crédito estimadas deverão ser reconhecidas de acordo com o normativo aplicável, e os créditos de recuperação remota deverão ser submetidos a um plano de cobrança administrativa ou judicial com metas e reporte trimestral.

16. Terceira reserva — consumíveis. O saldo de 152.695 mCVE de consumíveis utilizados na produção, distribuição e comercialização de água e energia, incluído em matérias-primas, subsidiárias e de consumo, não pôde ser satisfatoriamente testado quanto à valorização em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 e não foi objeto de análise de imparidade. O auditor não conseguiu, por isso, concluir sobre a razoabilidade do saldo nem sobre os ajustamentos eventualmente necessários.

17. Quanto à terceira reserva, recomenda-se a realização de inventários físicos periódicos, com participação de intervenientes independentes da custódia, reconciliação integral com a contabilidade, validação do método de custeio e da documentação de suporte e identificação de materiais obsoletos, danificados ou de rotação reduzida. Deverá ser formalizada uma política de imparidade e abate de consumíveis, com aprovação e rastreabilidade adequadas.

18. Quarta reserva — dívidas e contingências fiscais. A AEB não obteve confirmação das dívidas de IVA, no montante de 162.343 mCVE, e de IRPS, no montante de 233.583 mCVE, maioritariamente vencidas. Foram reconhecidas penalidades de 18.853 mCVE relativas a atrasos no pagamento do IVA de 2017 a 2019. A Sociedade foi ainda notificada de impostos adicionais relativos a 2017, de cerca de 44.000 mCVE, sem reconhecimento da correspondente responsabilidade. O auditor não conseguiu concluir sobre a razoabilidade dos saldos nem sobre a extensão de outras penalidades ou efeitos futuros.

19. Quanto à quarta reserva, recomenda-se a obtenção imediata de extratos e certidões da Administração Fiscal, a reconciliação imposto a imposto e período a período, a avaliação documentada das liquidações adicionais e das contingências por assessoria fiscal e jurídica e o reconhecimento das responsabilidades, provisões e divulgações que se mostrem necessárias. Deverão ser negociados e cumpridos planos formais de regularização, com reporte mensal dos pagamentos e do risco de juros e penalidades adicionais.

20. Quinta reserva — saldos a pagar não confirmados. Não foram obtidas confirmações nem informação alternativa suficiente sobre os saldos a pagar à Câmara Municipal da Boa Vista, de 135.763 mCVE, relativos à taxa de iluminação pública; à RTC — Rádio Televisão Cabo-verdiana e à CVB — Cabo Verde Broadcast, de 147.189 mCVE, relativos às taxas de radiodifusão sonora e televisiva; à ARME, de 46.458 mCVE, relativos à taxa de regulação; e à Montages Industriales Mario Diego Mateo, SL, de 22.041 mCVE, relativos a fornecimentos de investimento. O auditor não conseguiu concluir sobre a razoabilidade destes saldos.

21. Quanto à quinta reserva, recomenda-se repetir os pedidos de confirmação por canais formais, obter extratos e documentos de suporte, reconciliar diferenças com cada contraparte, apurar juros, penalidades ou compensações eventualmente aplicáveis e formalizar acordos de reconhecimento e pagamento. Quaisquer diferenças identificadas deverão ser ajustadas nas contas e refletidas nas projeções de tesouraria.

22. Incerteza material relacionada com a continuidade. A PwC destacou que o ativo realizável a curto prazo, estimado em cerca de 811.000 mCVE, é insuficiente para fazer face a responsabilidades de curto prazo de cerca de 3.197.000 mCVE, estimando-se encargos financeiros anuais de aproximadamente 150.000 mCVE. Neste contexto, a capacidade da AEB para solver os seus compromissos e prosseguir a atividade depende do apoio financeiro dos acionistas. A opinião do auditor não foi adicionalmente modificada quanto a esta matéria, mas a incerteza é material e exige acompanhamento autónomo.

23. Recomenda-se que o Conselho de Administração atualize, pelo menos trimestralmente, a avaliação da continuidade para um horizonte não inferior a doze meses, incluindo cenários adversos, compromissos de financiamento formalizados, necessidades de investimento, serviço da dívida e análise de sensibilidade às vendas, tarifas, custos de combustíveis e entrada em operação dos projetos estruturantes. Os efeitos financeiros de mecanismos de compensação ainda não formalizados não deverão ser tratados como certos nas projeções.

24. Para assegurar a resolução das reservas, deverá ser aprovada uma matriz única de remediação, com cada constatação, valor exposto, ação corretiva, responsável, prazo, evidência de conclusão e impacto contabilístico. O progresso deverá ser apresentado trimestralmente ao Conselho de Administração, aos acionistas e ao Fiscal Único e ser objeto de validação pelo auditor externo no próximo ciclo de auditoria.

Apreciação do relatório de gestão

25. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração permite uma leitura clara da evolução dos negócios e da situação da Empresa e cumpre com os requisitos legais estabelecidos no artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais.

Apreciação das demonstrações financeiras

26. As demonstrações financeiras apresentadas integram: (i) o balanço, (ii) a demonstração dos resultados por naturezas, (iii) a demonstração das alterações no capital próprio, (iv) a demonstração dos fluxos de caixa e (v) o anexo às demonstrações financeiras.

27. O Verificámos que os documentos apresentados pelo Conselho de Administração satisfazem os requisitos formais de acordo princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Apreciação da proposta de aplicação dos resultados

28. A proposta de aplicação dos resultados do exercício incluída no Relatório de Gestão cumpre com o disposto no artigo 26º dos Estatutos e com os requisitos do Código das Sociedades Comerciais.

Conclusão e parecer

29. Face ao exposto, considerando o trabalho efetuado, o Fiscal Único dá parecer favorável à aprovação (i) do relatório de gestão, (ii) das demonstrações financeiras e (iii) da proposta de aplicação de resultados.

Ao Conselho de Administração, aos responsáveis das diferentes áreas e aos auditores externos, manifesto o meu apreço pela colaboração prestada.

13 de agosto de 2026

O Fiscal Único,



Nikolai Alexis Delgado Barbosa

Auditor Certificado n.º 40

pwc

Relatório do Auditor Independente

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Águas e Energia da Boavista, S.A. (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias apresentadas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Águas e Energia da Boavista, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

Bases para a opinião com reservas

a) A análise efetuada aos saldos de Ativos fixos tangíveis permitiu-nos identificar as seguintes situações: (i) a rubrica de Equipamento básico inclui equipamentos de produção, com valor líquido estimado de cerca de milhares de Escudos (mCVE) 358 000 (2024: cerca de mCVE 365 000), que se encontram fora de uso ou com utilização marginal, os quais, em virtude de serem depreciados segundo o método de unidades de produção, não têm vindo a ser depreciados ou apresentam valores de depreciação do exercício irrelevantes, (ii) a existência de ativos em curso, no valor estimado de cerca de mCVE 9 700 (2024: cerca de mCVE 68 000), transitados de exercícios anteriores e sem quaisquer investimentos recentes, podendo, por essa razão, não se qualificar como ativos, (iii) os bens do Ativo fixo tangível não têm sido objeto de testes de imparidade, pese embora os indícios de imparidade decorrentes dos resultados negativos apurados ao longo dos anos. Nestas circunstâncias, não nos é possível concluir sobre os eventuais ajustamentos decorrentes das situações acima descritas nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2025.

b) Saldos a receber de entidades públicas ascendendo a cerca de mCVE 382 000 (2024: mCVE 325 000), com antiguidade significativa e cuja recuperabilidade se afigura difícil, não foram objeto de análise de imparidade. Adicionalmente, saldos a receber de entidades privadas de cerca de mCVE 62 000 (2024: mCVE 47 411), com indícios de imparidade, não foram ajustados. Não existindo acordos de regularização para os montantes indicados, consideramos que não se encontram reunidas todas as condições que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade dessas dívidas, nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

c) Relativamente aos consumíveis para utilização na produção, distribuição e comercialização de energia e água, cujo saldo de mCVE 152 695 (2024: mCVE 162 036) integra a rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, (i) não foi possível testar satisfatoriamente a respetiva valorização em 31 de dezembro de 2024 e 2025 e (ii) e não foram objeto de análise quanto à necessidade de ajustamentos por imparidade. Nestas circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade do referido saldo, nem sobre os eventuais efeitos das situações descritas nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2025.

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel.: +238 261 5934/5 | Fax: +238 261 6028 | Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 282682902/420191217 | NIF: 282 682 902 | Capital Social: CVE 1.500.000 Inscrita na lista da OPACC sob o nº 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde Sociedade de Auditores Certificados, Lda. Todos os direitos reservados. PwC refere-se à PwC Cabo Verde, constituída por várias entidades legais, ou à rede PwC. Cada firma membro é uma entidade legal autónoma e independente.

d) A Empresa não obteve confirmação relativamente a dívidas fiscais associadas ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e ao Imposto sobre rendimentos de pessoas singulares, cujos saldos ascendem a mCVE 162 343 e mCVE 233 583 (2024: mCVE 162 343 e mCVE 194 216), respetivamente (ver Nota 8 do anexo às demonstrações financeiras). Estes saldos encontram-se, maioritariamente, em situação de mora, o que nos impossibilita de concluir sobre a sua razoabilidade, bem como sobre a extensão de eventuais penalidades fiscais. Refira-se, entretanto, que a Empresa reconheceu penalidades no montante de mCVE 18 853, relativas a atrasos no pagamento do IVA referentes aos anos de 2017, 2018 e 2019. Adicionalmente, a Empresa foi notificada do apuramento de impostos adicionais a liquidar relativos ao exercício de 2017, no valor total de cerca de mCVE 44 000, não tendo sido reconhecida qualquer responsabilidade associada às correções efetuadas. Nestas circunstâncias, consideramos que não se encontram reunidas as condições necessárias que nos permitam concluir quanto à extensão dos eventuais efeitos desta situação nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em exercícios futuros em função do seu desenvolvimento.

e) A Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras saldos a pagar (i) à Câmara Municipal da Boa Vista e (ii) à RTC – Rádio Televisão Cabo-verdiana e CVB – Cabo Verde Broadcast, nos montantes de mCVE 135 763 e mCVE 147 189, associados, respetivamente, à taxa de iluminação pública e às taxas de radiodifusão sonora e televisiva, (iii) à ARME – Agência de Regulação Multissectorial da Economia, no montante de mESC 46 458, relativo à taxa de regulação, e (iv) à Montages Industriales Mario Diego Mateo, SL, no montante de mCVE 22 041, relativo a fornecimentos de investimentos (ver Notas 14 e 13 do anexo às demonstrações financeiras). Não obtivemos respostas aos nossos pedidos de confirmação daqueles saldos ou informações suficientes que nos permitissem efetuar a sua validação, pelo que não pudemos concluir sobre a razoabilidade dos mesmos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas segundo o princípio de continuidade normal das atividades da Empresa no futuro próximo. Contudo, a sua situação económico-financeira naquela data apresentava os seguintes indicadores relevantes:

(i) O capital próprio em 31 de dezembro de 2025 apresenta-se negativo em mCVE 2 353 782 (ver Nota 11 do anexo às demonstrações financeiras). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 43º do Código das Sociedades Comerciais, é intenção do Conselho de Administração propor na próxima Assembleia Geral a resolução desta situação. No caso de não ser tomada qualquer deliberação, pode o acionista ou qualquer credor requerer ao tribunal a dissolução da Empresa, enquanto aquela situação se mantiver.

(ii) O ativo realizável a curto prazo, no montante de cerca de mCVE 811 000 é insuficiente para fazer face às responsabilidades de curto prazo de cerca de mCVE 3 197 000 (ver Nota 1.15 (iv) do anexo às demonstrações financeiras) e estimam-se encargos financeiros anuais com os financiamentos de cerca de mCVE 150 000.

Neste contexto, a capacidade de a Empresa solver os seus compromissos e a evolução futura das suas atividades estão dependentes da manutenção do apoio financeiro dos seus acionistas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro. Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

27 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda
representada por:

Armando Rodrigues
Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado